

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	7
5.5 - Alterações significativas	11
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	12

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	14
10.2 - Resultado operacional e financeiro	64
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	68
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	69
10.5 - Políticas contábeis críticas	74
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	77
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	78
10.8 - Plano de Negócios	79
10.9 - Outros fatores com influência relevante	82

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 – Políticas de gerenciamento dos riscos indicados no item 4.1 e controles internos

(a) razões pelas quais o emissor não adotou uma política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia não possui uma política formal específica de gerenciamento de riscos. No entanto, a Companhia adota determinadas práticas para o gerenciamento de riscos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia entende que, atualmente, referidas práticas são adequadas para a gestão dos riscos aos quais a Companhia está exposta, não tendo se mostrado crítica, até o momento, a necessidade de formalização de política. Em que pese a Companhia não ser obrigada a possuir referida política formalizada, a Companhia avalia continuamente a necessidade de elaboração de uma política formal de gerenciamento de riscos, já tendo contratado consultoria especializada a este respeito, sendo que os estudos realizados estão atualmente sob discussão.

A Companhia constantemente monitora mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance, incluindo índices de liquidez, estrutura de custos, rentabilidade dos ativos e condições macro e microeconômicas dos mercados onde opera.

O Conselho de Administração aprova, anualmente, o orçamento do exercício subsequente, considerando, entre outros fatores, para fins da alocação de recursos, os riscos aos quais a Companhia está exposta e a efetividade esperada quando da elaboração do orçamento anterior contra o resultado efetivamente verificado. A execução do orçamento é acompanhada ao longo do ano e, se necessário, revisado.

Os conselheiros e diretores não-estatutários da Companhia possuem experiência nas jurisdições em que a Companhia opera. Além disso, o Conselho de Administração, por meio de suas práticas de governança corporativa, recebe regularmente atualizações gerenciais e técnicas e relatórios de progresso relativos às subsidiárias da Companhia e, dessa forma, mantém a supervisão de seus negócios e operações.

Adicionalmente, os diretores não-estatutários visitam regularmente as operações da Companhia em jurisdições estrangeiras, a fim de garantir o controle e o gerenciamento eficazes das suas operações no exterior. Essas visitas frequentes, possibilitam que tais diretores mantenham contato próximo a funcionários locais, funcionários do governo, empresários e comunidade em geral; essas interações aprimoraram o conhecimento de tais diretores sobre a cultura local e os mantém atualizados sobre as práticas de negócios. Tais conhecimentos são regularmente compartilhados com o Conselho de Administração da Companhia.

Adicionalmente, diversos outros executivos seniores e não seniores visitam as operações da Companhia frequentemente.

A performance de operação de cada país é revisada semanalmente para seus principais indicadores de desempenho (KPI's) operacionais e de segurança, e mensalmente há reuniões em que são discutidos em maior detalhe o financeiro e o fluxo de caixa de cada unidade de negócio, com a participação dos Gerentes Gerais de cada unidade de negócio, o *Chief Executive Officer* (CEO), o *Chief Operating Officer* (COO) e o *Chief Financial Officer* (CFO). Além disso, o time financeiro de cada unidade de negócio revisa regularmente a posição financeira atual e projetada de cada operação em conjunto com o *Chief Financial Officer* (CFO).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Por fim, a Companhia possui diversos fóruns e comitês internos regulares que, em sua opinião, reduzem os riscos aos quais está exposta:

- Comitê de Exploração (reuniões mensais);
- Comitê de Ética (reuniões mensais ou quando necessário);
- Reuniões do Comitê de Segurança (reuniões mensais); e
- Reuniões de PMO de iniciativas estratégicas para todas as unidades de negócios (reuniões mensais ou semanais dependendo do tema).

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

Na data deste Formulário de Referência, não há política formalizada de gerenciamento de riscos. Para as práticas adotadas pela Companhia, vide item (a) acima.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Na data deste Formulário de Referência, não há política formalizada de gerenciamento de riscos. Para as práticas adotadas pela Companhia, vide item (a) acima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 – Políticas de gerenciamento dos riscos de mercado indicados no item 4.2

a. se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação

A Companhia não possui uma política formal específica de gerenciamento de riscos de mercado. No entanto, a Companhia adota determinadas práticas para o gerenciamento de riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta. A Companhia entende que, por englobar os riscos acima mencionados, as práticas adotadas oferecem ferramentas adequadas para o gerenciamento dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta, não tendo se mostrado crítica, até o momento, a necessidade de formalização de política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Em que pese a Companhia não ser obrigada a possuir referida política formalizada, a Companhia deverá adotar uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado no futuro.

Para maiores informações sobre as práticas adotadas, vide item 5.6, abaixo.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. riscos de mercado para os quais se busca proteção

Não aplicável, visto que até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

ii. estratégias de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adota estratégia específica de proteção patrimonial (*hedge*).

iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

iv. se a Companhia opera instrumentos financeiros objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

A Companhia opera instrumentos financeiros específicos para redução de riscos financeiros na implementação de novos projetos, utilizando-se de opções (zero cost collars) para aumentar previsibilidade de fluxo de caixa inicial desses durante o período de retorno total (payback) estimado, conforme apresentado e aprovado em reunião de Conselho de Administração

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de merc**v. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado**

Conforme descrito no item (a) acima, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Conforme descrito no item (a) acima, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 – Práticas de controle adotadas para a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis

a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Esta seção 5.3 deve ser lida em conjunto com as Seções 5.1 e 5.2 acima.

A Companhia possui procedimentos formais para elaboração e revisão das Demonstrações Financeiras de modo a melhor assegurar a integridade e a transparência das informações.

O sistema de controles internos e as práticas estabelecidas pela Companhia são avaliadas e monitoradas periodicamente pela Companhia e por consultores externos. Nos exercícios encerrados em 2019, 2020 e 2021, o Auditor Independente da Companhia realizou procedimentos limitados, previamente acordados com a Companhia, sobre determinados controles internos.

Cabe ao Comitê de Auditoria auxiliar o Conselho de Administração na sua atribuição de fiscalização da qualidade e da consistência das demonstrações financeiras da Companhia, inclusive reportando-se periodicamente ao Conselho de Administração com relação à adequação dos sistemas de controles internos da Companhia sobre relatórios financeiros.

A Companhia também mantém controle interno sobre os relatórios financeiros referentes às suas operações nas jurisdições em que opera. A maioria dos diretores da Companhia possui proficiência em inglês, espanhol e português, entendimento cultural local e experiência de trabalho relevante nas diferentes jurisdições operacionais da Companhia, o que facilita uma melhor compreensão sobre relatórios financeiros e consequentemente melhor supervisão das operações da Companhia nas jurisdições estrangeiras no contexto de controles internos.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

As estruturas organizacionais da Companhia envolvidas no gerenciamento de controles internos são:

- **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração da Companhia atualmente é composto por 7 membros, elegíveis por meio da reunião anual dos sócios ou reunião extraordinária para este fim, devendo ser especificado na convocação de referida reunião. Os Conselheiros são os responsáveis por gerenciar e supervisionar todos os assuntos e negócios da Companhia, fazendo zelar pelas disposições do Estatuto da Companhia e tendo todos os poderes para tal;
- **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria da Companhia é subordinado ao Conselho de Administração e os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos ou reeleitos pela reunião do Conselho de Administração que seguir à assembleia geral anual da Companhia, para um mandato de, ao menos, três anos. O Comitê de Auditoria é composto por, pelo menos, três conselheiros, os quais devem ser independentes e possuir conhecimentos financeiros (*financially literate*), conforme determina a norma intitulada *National Instrument 52-110* da comissão de valores mobiliários de Ontario (*Ontario Securities Commission*), aplicável à Companhia. O Comitê de Auditoria é responsável, entre outras atividades, por monitorar os sistemas e procedimentos para elaboração de relatórios financeiros e os controles internos da Companhia, rever determinados documentos a serem divulgados ao público e monitorar o desempenho e a independência dos auditores externos da Companhia;
- **Diretores:** Os diretores da Companhia são nomeados pelo Conselho de Administração, que determina as responsabilidades dos diretores (que podem ser revistas a qualquer tempo). Os diretores, principalmente o *Chief Operating Officer – COO* e o *Chief Financial Officer – CFO*,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

são responsáveis por direcionar e acompanhar, respectivamente, os trabalhos das Gerências Gerais e da Controladoria;

- **Gerências Gerais:** Os gerentes gerais possuem como atribuição liderar e supervisionar todos os assuntos de cada uma das unidades de negócio, incluindo, mas não se limitando, os controles internos e reportes das áreas de Controladoria das unidades de negócio para a Controladoria Corporativa;
- **Controladoria:** A Controladoria Corporativa reporta-se ao *Chief Financial Officer – CFO* e é uma área que engloba várias atividades, tais como, contábil, fiscal e financeira/tesouraria. É, ainda, responsável por garantir os procedimentos e controles internos de tais áreas ou de áreas que impactam estas atividades; e
- **Contabilidade:** Por contabilidade entende-se o registro de todas as movimentações contábeis de cada unidade de negócio, conciliação de contas contábeis, elaboração das demonstrações financeiras, controle do ativo fixo, amortização/exaustão das Minas e, também, atendimento à Auditoria Externa. A contabilidade é parte da Controladoria da Companhia.

c. Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Companhia conta com áreas de Planejamento e Controle de Produção (PCP) e de Controladoria em cada uma das suas unidades de negócio que são responsáveis por revisar e verificar mensalmente a consistência dos indicadores operacionais e dos registros efetuados na contabilidade respectivamente, bem como calcular indicadores operacionais e financeiros, analisar todas as peças contábeis (DRE, balanço patrimonial e fluxo de caixa), conciliar números, reportar eventuais inconsistências e comunicar as informações para suportar a alta administração da Companhia nas tomadas de decisão. As controladorias locais devem reportar resultados para a Controladoria Corporativa, que supervisiona a consistência dos lançamentos financeiros. A Controladoria Corporativa está sob supervisão do CFO da Companhia.

Os lançamentos e registros contábeis são a base para elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos apontadas pelo Auditor Independente

Não houve deficiências significativas nos controles internos relatadas pelos auditores independentes ao Comitê de Auditoria da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

e. Comentários dos Diretores

Não houve deficiências significativas apontadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 – Programa de Integridade

- a. **regras, políticas, procedimentos ou práticas adotadas pela Companhia, voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.**

A Companhia possui seu compromisso com a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. A fim de consolidar as diretrizes que pautam sua atuação corporativa, a Companhia estruturou algumas de suas práticas em seu Código de Conduta e Ética, o qual foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 21 de junho de 2017.

O Código de Conduta e Ética encontra-se disponível nas versões em inglês, espanhol e português na página de internet (<https://auraminerals.com/community/our-commitment/>), na Intranet (rede interna) e no site do SEDAR (www.sedar.com).

- i. **os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor**

A Companhia adota um Código de Conduta e Ética ("Código de Conduta"), aprovado pelo Conselho de Administração em 21 de junho de 2017, que tem como objetivo: (i) esclarecer os valores corporativos da Companhia, para que a sociedade possa aprender a respeito de tais valores e o time de profissionais da Companhia possa entender, respeitar e praticá-los; (ii) servir de referência individual e coletiva para a atitude e conduta de cada profissional; e (iii) auxiliar na promoção dos valores da Companhia em todas as suas unidades de negócios, para que os seus profissionais possam operar corretamente, justamente e efetivamente em relação a nossa sociedade e meio ambiente.

O Código de Conduta destina-se a todos os profissionais que trabalham na Companhia, incluindo membros do Conselho de Administração, gerentes, funcionários, consultores, fornecedores e outros parceiros e partes interessadas. O Código de Conduta regula as interações de tais profissionais com: (i) outros profissionais da Companhia; (ii) clientes, fornecedores, bancos, parceiros e concorrentes; (iii) o governo, em todos os níveis; e (iv) a comunidade local e a sociedade no geral.

O Código de Conduta estabelece que o relacionamento com autoridades, políticos e trabalhadores públicos deve ser baseado em atitude adequada e profissional. A Companhia não tolera práticas que envolvam oferecer qualquer vantagem a servidores públicos, fraude em contratos e/ou processos de licitação, a manipulação de contratos econômicos e financeiros, ou a obstrução de atividades investigativas por entidades públicas. Nos termos do Código de Conduta, os profissionais da Companhia que tenham conhecimento de tais atividades devem relatá-las aos seus supervisores e/ou por meio da Ouvidoria.

Conforme consta no Código de Conduta, os profissionais da Companhia devem cumprir as leis e os regulamentos vigentes nos países onde opera, assim como aquelas estabelecidas pela Lei sobre Práticas de Corrupção no Exterior (*US Foreign Corrupt Practices Act* – "FCPA"). A FCPA proíbe empregados, executivos e diretores de se oferecerem para pagar, pagar, prometer pagamento ou autorizar pagamento de dinheiro ou qualquer objeto de valor a um funcionário estrangeiro com o objetivo de influenciar qualquer ato ou decisão do funcionário estrangeiro em sua competência ou assegurar qualquer vantagem indevida com a finalidade de obter ou manter negócio. A FCPA também proíbe a contabilidade paralela e estabelece provisões para assegurar transparência na saúde financeira do negócio, riscos assumidos, e transações entre a Companhia e seus clientes e parceiros de negócio. Todos os profissionais da Companhia devem se instruir sobre a FCPA.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O Código de Conduta prevê, ainda, que, ao lidar com funcionários públicos locais e estrangeiros, os profissionais da Companhia devem seguir as diretrizes do combate ao suborno da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) para Empresas Multinacionais. Uma cópia das diretrizes da OECD está disponível na página eletrônica: <http://www.oecd.org/corruption/oecdantibriberyconvention.htm>.

Adicionalmente, os profissionais da Companhia devem garantir que seus parceiros de negócios tenham relacionamentos baseados na conduta profissional e ética com servidores públicos. A Companhia deverá encerrar quaisquer relacionamentos com parceiros que não cumpram com as leis e regulamentos dos países onde opera.

A boa conduta da Companhia é ancorada na combinação de seu Código de Conduta, Canal de Denúncias, Comitê de Ética, utilização de consultores especializados para apuração de denúncias e realização de auditoria forense.

O Código de Conduta rege os valores e condutas esperadas pela Companhia de seus funcionários, fornecedores, comunidades e demais órgãos ou entidades que se relacionam com a Companhia.

O Canal de Denúncias foi criado como mais uma alternativa para monitorar e recomendar correções de desvios, e é gerido por uma empresa terceirizada que tem o compromisso de manter a confidencialidade de administrar o fluxo de informação sobre as denúncias.

Também foi criado um Comitê de Ética, formado pelo CEO da Companhia em conjunto com funcionários reconhecidos como líderes nas operações.

A totalidade das denúncias recebidas são enviadas ao Comitê de Ética para avaliação e, a depender das evidências, eventuais recomendações de ajustes de condutas, abertura de processo de investigação através de uma consultoria especializada ou início de auditoria para investigar eventuais falhas de processo e recomendar melhorias. Caso confirmadas eventuais denúncias o Comitê pode recomendar atuação imediata do principal gestor da área, sempre mantendo informado o Gerente Geral da operação.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A Companhia conta com uma estrutura de monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos, o Conselho de Administração, em conjunto com a Secretaria Corporativa da Companhia, são responsáveis pela melhoria contínua e cumprimento do Código de Conduta. Nos termos do Código de Conduta, os profissionais da Companhia devem relatar quaisquer violações, ou suspeitas, por meio da Ouvidoria.

Adicionalmente, a Companhia, está sujeita à fiscalização dos órgãos reguladores e conta com o Comitê de Ética para avaliação dos desvios de conduta, formado por representantes de cada unidade e o CEO da Companhia, que se reúne mensalmente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

iii. Código de ética ou conduta

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**

O Código de Conduta se aplica a todos os profissionais que trabalham na Companhia, incluindo membros do Conselho de Administração, gerentes, funcionários, consultores, fornecedores e outros parceiros e partes interessadas.

- A primeira capacitação dos empregados diretos e das empresas parceiras da Companhia, uma vez admitidos, consiste no treinamento sobre o Código de Conduta. Palestras e treinamentos são ministrados regularmente sobre temas específicos existentes no Código de Conduta.

Ademais, a Companhia e suas subsidiárias possuem uma "Política de Consequência e Medidas Disciplinares" que estabelece as diretrizes e critérios das "Regras de Ouro" relacionadas a saúde, segurança e meio ambiente, além das consequências resultantes dos atos inseguros nestas áreas.

Referida política é aplicada a todos os profissionais que mantêm uma relação laboral direta ou indireta com a Companhia, o que inclui empregados, profissionais das empresas parceiras e fornecedores de bens e serviços.

As "Regras de Ouro", "Consequências" e "Medidas Disciplinares" se aplicam a qualquer pessoa em exercício de atividades laborais como funcionários próprios, terceirizados e visitantes.

O documento em questão foi criado para responsabilizar de maneira formal as pessoas que cometerem atos falhos na atividade laboral.

A "Gestão de Consequências" deverá ser aplicada sempre que um gestor identificar a ocorrência de atos falhos e faltas graves realizados por qualquer pessoa que esteja trabalhando na Companhia e suas subsidiárias.

As Consequências devem ser aplicadas imediatamente e de forma individual, ainda que o fato envolva mais de uma pessoa. As Medidas Disciplinares constantes da Política são: advertência, suspensão e demissão.

- A Política de Consequência e Medidas Disciplinares está registrada no Sistema Interno de Gestão da Aura (SIGA) em cada uma das suas unidades de negócio.

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de junho de 2017.

O Código de Conduta e o protocolo de recebimento são impressos e entregues a todos os empregados da Companhia e de empresas parceiras, o protocolo é assinado e devolvido. O Código de Conduta encontra-se disponível nas versões em inglês, espanhol e português na página (<https://auraminerals.com/community/our-commitment/>), na Intranet (rede interna) e no site do SEDAR (www.sedar.com).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

b. canal de denúncia

A Companhia possui Ouvidoria/Canal Ético em Honduras, Brasil, México, Estados Unidos e Canadá. A TMF Group é o fornecedor externo que desenvolveu a ferramenta e recebe as denúncias.

O canal é aberto para registro de denúncias, por parte de quaisquer profissionais da Companhia, bem como por parte de terceiros. As denúncias podem se dar por meio de telefone (ligação gratuita), e-mail ou diretamente no site, conforme previsto no Código de Conduta.

Todos os relatos à Ouvidoria podem ser feitos e serão tratados de forma confidencial e anônima se requisitado pelo denunciante. Represálias ou intimidação de quem denunciar tais violações não são toleradas.

Os usuários da Ouvidoria podem fornecer seus nomes e informações de contato se desejarem, o que, porém, não é necessário. Em vez de identificá-los pelo nome, o sistema fornecerá um código exclusivo e senha, sendo possível incluir mais dados após o registro, receber solicitações de mais detalhes para solucionar a denúncia e acompanhar o andamento da mesma.

O Comitê de Ética tem acesso e acompanha todas as denúncias. As que demandam apuração/investigação são encaminhadas para o fornecedor da ferramenta (TMF Group), responsável por esta atividade.

c. procedimentos adotados pela Companhia em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia não permite a seus membros negociar ou encorajar outros a negociar valores mobiliários da Companhia enquanto em posse de informação estratégica que não tenha sido divulgada ao público. Informações que podem ser consideradas estratégicas ou confidenciais incluem questões relacionadas a análises relevantes, descobertas minerais, resultados financeiros, desdobramento de ações, fusão, aquisição ou alienação, ou oferta pública de aquisição. Todas as pessoas, a quem o Código de Conduta se aplica, devem obter aprovação do CEO ou do Secretário de Conselho antes de realizar negociações de papéis de ativos ou dívidas da Companhia.

A Companhia dispõe, também, de Política de Negociação (Insider Trading Policy), a qual, dentre outros, veda qualquer negociação de valores mobiliários da Companhia em posse de informação privilegiada, até que tal informação tenha sido integralmente divulgada e tenha decorrido um período de tempo razoável para que tal informação tenha sido amplamente disseminada. Para mais informações sobre a Política de Negociação, vide seção 20 deste Formulário de Referência.

A gestão da Companhia tem como prática a condução de diligência operacional, legal e financeira como parte do processo de avaliação em fusões e aquisições, e conta com assessorias externas para auxiliar a Companhia nesta diligência.

d. Razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, uma vez que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia, tampouco alterações nas práticas de gerenciamento de riscos desde o encerramento do último exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Outras informações relevantes

Práticas de gerenciamentos de riscos de mercado.

Conforme informado no item 5.2., acima, a Companhia adota determinadas práticas para o gerenciamento de riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta. Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são: (a) risco de preço de produtos e insumos; (b) risco de liquidez; (c) risco de câmbio; (d) risco de taxa de juros e (e) risco de crédito.

Os diretores da Companhia acompanham continuamente a exposição a cada um dos riscos indicados acima, mantendo o Conselho de Administração informado de tempos em tempos sobre o risco coberto e impactos da prática de gerenciamento de riscos de mercado e, caso julgue necessário, a Diretoria atua para buscar proteção para alguns deles. Mais especificamente, as práticas adotadas são acompanhadas e controladas pelo Gerente de Relações com Investidores, Controller Corporativo, CFO e o CEO da Companhia.

A Companhia possui uma prática de gerenciamento de riscos de preços de metais e/ou câmbio com o objetivo de proteger fluxo de caixa de curto prazo para projetos em fase de *ramp-up*.

A Companhia adotou a prática de *hedge accounting* especificamente na contabilidade de sua subsidiária Aura Almas S.A.

A Companhia reduz riscos cambiais ao optar por empréstimos e financiamentos denominados em dólares americanos (em linha com a moeda funcional da Companhia) para a maior parte de suas operações e em todas as jurisdições. Considerando que 100% dos produtos vendidos tem receita em dólares americanos (US\$), o financiamento na mesma moeda é uma proteção (*hedge*) natural.

Por fim, a Companhia entende que os riscos de mercado relacionados a taxa de juros e risco de crédito não justificam uma prática de gerenciamento específica. Sobre o risco de taxa de juros, grande parte dos financiamentos da Companhia possui taxas pré-fixadas. Os financiamentos com taxas pós-fixadas, em sua maioria, utilizavam a Libor, e mais recentemente a SOFR, que historicamente apresentam baixa volatilidade.

Sobre o risco de crédito, a Companhia geralmente recebe pagamento antecipado de seus clientes no Brasil e em Honduras. No México, a Companhia possui contrato prevendo a compra pelo cliente da totalidade da produção da Companhia naquela localidade e cláusulas contratuais que a protegem e trazem segurança financeira em caso de inadimplência.

Ressalta-se que o monitoramento e a avaliação periódica da posição consolidada de instrumentos financeiros utilizados na mitigação dos riscos de mercado da Companhia permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como garantir que os objetivos inicialmente traçados sejam atingidos. Os parâmetros utilizados para verificar o enquadramento ou desenquadramento da exposição da Companhia são:

- (i) verificação da execução das práticas mencionadas acima;
- (ii) análise e constante monitoramento dos volumes e valores contratados; e
- (iii) observância dos volumes contratados e projeção de vendas, evitando uma proteção acima da meta estabelecida ou uma exposição sobre vendida (*short*).

Para evitar o potencial desenquadramento em virtude do disposto no item "(iii)", se realiza o acompanhamento periódico da exposição inicialmente estimada e de vendas realizadas; caso as projeções não se concretizem, a estratégia de proteção é encerrada (*unwind das posições contratadas*).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

A Companhia somente opera instrumentos financeiros com objetivo de proteção de fluxo de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 – Comentários dos Diretores

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

A moeda funcional e a moeda de apresentação original da Companhia são o dólar americano. A Companhia acredita que o dólar americano melhor reflete o ambiente econômico no qual a Companhia está inserida e a forma como esta é, de fato, administrada. No entanto, a Companhia também apresenta demonstrações financeiras em Reais, para atender a regulamentação da CVM. Os valores em Reais apresentados a seguir foram convertidos de dólares americanos para Reais de acordo com critério estabelecido e indicado na Nota Explicativa 3 – Sumário das Principais Políticas Contábeis, constante nas demonstrações financeiras em Reais da Companhia, a não ser que expressamente disposto de forma diferente em seção pertinente.

A aplicação desta metodologia, utilizada para converter as demonstrações financeiras de US\$ para R\$, resume-se a seguir:

1. As contas de ativo e passivo foram convertidas pela taxa cambial disponíveis no fim de cada exercício;
2. A Demonstração de Resultado foi convertida à taxa de câmbio média trimestral;
3. O patrimônio líquido inicial foi convertido à taxa de câmbio de 1º de janeiro de 2018, de acordo com o disposto no IFRS 1, que todas as diferenças de conversão acumulada sejam ajustadas a zero, e todos os movimentos posteriores converteram-se à taxa de câmbio trimestral;
4. Todas as diferenças decorrentes da conversão anterior se registram dentro da conta de diferença de conversão acumulada no patrimônio; e
5. Para efeitos de divulgação, as notas relativas ao fluxo de caixa converteram-se às taxas de câmbio médias trimestrais.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia entende que as atuais condições financeiras e patrimoniais demonstram solidez e que, junto com seus atuais níveis de geração de caixa operacional, são suficientes para atender todas suas obrigações de curto e longo prazo. Entende, ainda, que os indicadores abaixo e sua evolução embasam tais afirmações:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Variações horizontais		
	(em R\$ milhões)			(em %)		
	2021	2020	2019	2021 x 2020	2020 x 2019	
Caixa e equivalentes em caixa	901,2	612,1	156,7	47%	291%	
Aplicações Financeiras	0,0	1,8	0,9	-100%	91%	
Patrimônio Líquido	1519,4	1.625,1	788,5	-7%	106%	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Variações horizontais	
	(em R\$ milhões)			(em %)	
	2021	2020	2019	2021 x 2020	2020 x 2019
Dívida Líquida⁽¹⁾	-9,1	-247,9	15,5	-96%	n.m.
Índice de Alavancagem⁽²⁾	-0,01	-0,39	0,07	-97%	n.m.

⁽¹⁾ Corresponde à nossa Dívida Líquida na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ Índice de Alavancagem corresponde a nossa Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado. A Companhia calcula o Índice de Alavancagem com base no EBITDA Ajustado anual da Companhia (ao final de 12 (doze) meses), de forma que o indicador não se aplica para períodos intermediários (três, seis ou nove meses acumulados).

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Variações horizontais	
	(em US\$ milhões)			(em %)	
	2021	2020	2019	2021 x 2020	2020 x 2019
Caixa e equivalentes em caixa	161,5	117,8	38,9	37%	203%
Aplicações Financeiras	0,0	0,3	0,2	-100%	48%
Patrimônio Líquido	272,3	312,7	195,6	-13%	60%
Dívida Líquida⁽¹⁾	-1,6	-47,7	3,9	-97%	n.m.
Índice de Alavancagem⁽²⁾	-0,01	-0,40	0,07	-98%	n.m.

⁽¹⁾ Corresponde à nossa Dívida Líquida na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ Índice de Alavancagem corresponde a nossa Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado. A Companhia calcula o Índice de Alavancagem com base no EBITDA Ajustado anual da Companhia (ao final de 12 (doze) meses), de forma que o indicador não se aplica para períodos intermediários (três, seis ou nove meses acumulados).

	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021 x 31 de dezembro de 2020
	(em R\$ milhões)	(em R\$ milhões)	
Caixa e equivalentes em caixa	901,2	612,1	47%
Patrimônio Líquido	1.519,43	1.625,10	-7%
Dívida Líquida⁽¹⁾	-9,1	-247,9	-96%
Índice de Alavancagem⁽²⁾	-0,01	-0,39	-97%

⁽¹⁾ Corresponde à nossa Dívida Líquida na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ Índice de Alavancagem corresponde a nossa Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado. A Companhia calcula o Índice de Alavancagem com base no EBITDA Ajustado anual da Companhia (ao final de 12 (doze) meses), de forma que o indicador não se aplica para períodos intermediários (três, seis ou nove meses acumulados).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Em 31 de dezembro de 2021 (em US\$ milhões)	Em 31 de dezembro de 2020 (em US\$ milhões)	31 de dezembro de 2021 x 31 de dezembro de 2020
Caixa e equivalentes em caixa	161,5	117,8	37%
Patrimônio Líquido	272,3	312,7	-13%
Dívida Líquida⁽¹⁾	-1,6	-47,7	-97%
Índice de Alavancagem⁽²⁾	-0,01	-2,5	-100%

⁽¹⁾ Corresponde à nossa Dívida Líquida na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ Índice de Alavancagem corresponde a nossa Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado. A Companhia calcula o Índice de Alavancagem com base no EBITDA Ajustado anual da Companhia (ao final de 12 (doze) meses), de forma que o indicador não se aplica para períodos intermediários (três, seis ou nove meses acumulados).

Seguem abaixo comentários da Administração da Companhia sobre a evolução de cada indicador apresentado nas tabelas acima.

Em 31 de dezembro de 2021, a posição de caixa e equivalentes em caixa, somados às aplicações financeiras da Companhia, alcançou um valor de R\$ 901,2 milhões (US\$161,5 milhões), um aumento em relação ao valor de R\$612,1 milhões (US\$117,8 milhões) registrado em 31 de dezembro de 2020. Já o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 alcançou R\$ 1.519,4 milhões (US\$ 272,3 milhões), uma redução de R\$ 105,7 milhões (redução de US\$ 40,4 milhões) em relação ao valor de R\$ 1.625,1 milhões (US\$ 312,7 milhões) observado em 31 de dezembro de 2020. A redução durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2021 deve-se principalmente ao pagamento de dividendos durante o exercício fiscal, no valor de R\$ 461,0 milhões (US\$ 85,6 milhões). Por fim, o caixa líquido em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 9,1 milhões (US\$ 1,6 milhão), comparado a um caixa líquido em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 247,9 milhões (US\$ 47,7 milhões), representando redução de R\$ 238,8 milhões (US\$46,1 milhões) no mesmo período. Em 31 de dezembro de 2021 o índice de alavancagem era de -0,01 vezes (-0,01 vezes em dólares americanos).

Em 31 de dezembro de 2020, a posição de caixa e equivalentes em caixa, somados às aplicações financeiras da Companhia, alcançou um valor de R\$ 613,9 milhões (US\$118,1 milhões), um aumento em relação ao valor de R\$156,7 milhões (US\$38,9 milhões) registrado em 31 de dezembro de 2019. Já o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 alcançou R\$ 1.625,1 milhões (US\$ 312,7 milhões), um aumento de R\$ 836,6 milhões (aumento de US\$ 117,1 milhões) em relação ao valor de R\$ 788,5 milhões (US\$ 195,6 milhões) observado em 31 de dezembro de 2019. O aumento durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2020 deve-se principalmente aos resultados de R\$385 milhões (US\$ 68,5 milhões) e à Oferta Pública Inicial no Brasil no valor de R\$ 259,8 milhões (US\$ 48,7 milhões). Por fim, o caixa líquido em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 261,2 milhões (US\$ 47,7 milhões), comparado a uma dívida líquida em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 15,5 milhões (US\$ 3,9 milhões), representando aumento de R\$ 276,7 milhões (US\$51,5 milhões) no mesmo período. Esse aumento se deve a (i) crescimento do EBITDA totalizando R\$ 119,4 milhões (US\$ 55,1 milhões); (ii) Oferta Pública Inicial no Brasil no valor de R\$ 259,8 milhões (US\$ 48,7 milhões), parcialmente compensados pelo (iii) aumento no CAPEX de manutenção e exploração, em função do desenvolvimento de uma nova área de lixiviação e a área Esperanza na mina San Andres em Honduras e expansão das operações (mina Ernesto e Gold Road) totalizando R\$ 269 milhões (US\$ 51,9 milhões). O aumento da posição de caixa contribuiu, portanto, para a redução da dívida líquida no período. Em 31 de dezembro de 2020 o índice de alavancagem era de -2,44 vezes (-2,5 vezes em dólares americanos).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019, a posição de caixa e equivalentes em caixa, somados às aplicações financeiras da Companhia, alcançou um valor de R\$ 156,7 milhões (US\$ 38,9 milhões), um aumento em relação ao valor combinado de R\$ 80 milhões (US\$ 10,5 milhões) registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Já o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 alcançou R\$ 788,5 milhões (US\$ 195,6 milhões), um aumento de R\$ 112,7 milhões (US\$ 21,2 milhões) em relação ao valor de R\$ 675,8 milhões (US\$ 174,4 milhões) observado em 31 de dezembro de 2018. O aumento durante o exercício de 2019 deve-se principalmente aos lucros auferidos no exercício. Por fim, a dívida líquida em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 15,5 milhões (US\$ 3,9 milhões), comparado a uma dívida líquida do período de 31 de dezembro de 2018 de R\$ 38,5 milhões (US\$ 9,9 milhões), representando uma redução de 60% em Reais (61% em dólares americanos) no mesmo período. Essa queda se deve à maior geração de caixa no período e aos esforços contínuos da Companhia para redução da alavancagem. O índice de alavancagem em 31 de dezembro de 2019 foi de 0,07 (0,07 em dólares americanos). Em 31 de dezembro de 2018 o índice de alavancagem era de 0,52 (0,45 em dólares americanos).

Análise dos impactos da COVID-19

Conforme descrito no fator de risco constante do item 4.1 deste Formulário de Referência, intitulado "Crises de saúde pública, incluindo relacionadas ao COVID-19, podem afetar material e adversamente os negócios, operações e condições financeiras da Companhia.", bem como descrito no item 10.9 deste Formulário de Referência, os negócios, operações e condições financeiras da Companhia podem ser material e adversamente afetados pela disseminação de epidemias, pandemias ou outras crises de saúde pública, incluindo o novo coronavírus (COVID-19).

Eventuais eventos adversos podem ter ocorrido após a emissão de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao período de doze meses encerrado em 31 dezembro de 2021. Até a data deste Formulário de Referência, a Administração não concluiu a avaliação dos impactos financeiros e patrimoniais do COVID-19.

Enquanto nossa Administração não concluir referida avaliação, continuaremos a tomar medidas preventivas, incluindo, mas não se limitando, as descritas no item 10.9 – Outros fatores com influência relevante – “Análise dos impactos da COVID-19 nas Atividades da Companhia” deste Formulário de Referência

(b) Estrutura de capital

As tabelas abaixo ilustram a evolução da estrutura de capital:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	(em R\$ milhões)		
	2021	2020	2019
Empréstimos e financiamentos – Curto prazo	325	148	89,1
Empréstimos e financiamentos – longo prazo	557	218	84
(-) Caixa e equivalente de caixa	16	0	0
(-) Caixa restrito	901	612,1	156,7
(-) Aplicações Financeiras	5	1,8	0,9
Dívida Líquida ⁽¹⁾	0	0	0
Patrimônio Líquido	-9,1	-247,9	15,5

(1) Corresponde à nossa Dívida Líquida na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	(em US\$ milhões)		
	2021	2020	2019
Empréstimos e financiamentos circulante –	58,2	28,5	22,1
Empréstimos e financiamentos não-circulante –	99,9	41,9	20,9
(-) Caixa e equivalente de caixa	3	0	0
(-) Caixa restrito	161,5	117,8	38,9
(-) Aplicações Financeiras	0,9	0,3	0,2
Dívida Líquida (1)	0	0	0
Patrimônio Líquido	-1,6	-47,7	3,9

(1) Corresponde à nossa Dívida Líquida na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Capital de terceiros (passivo circulante + não circulante)	1.786,9	1.161,3	624,3
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.519,4	1.625,1	788,5
Capital total (terceiros + próprio)	3.306,3	2.786,4	1.412,8
Parcela de capital de terceiros	54,04%	41,68%	44,20%
Parcela de capital próprio	45,96%	58,32%	55,80%

(em US\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Capital de terceiros (passivo circulante + não circulante)	320,2	223,5	154,9
Capital próprio (patrimônio líquido)	272,3	312,7	195,6
Capital total (terceiros + próprio)	592,5	536,19	350,5
Parcela de capital de terceiros	54,04%	41,68%	44,20%
Parcela de capital próprio	45,96%	58,32%	55,80%

A parcela de capital de terceiros na estrutura de capital da Companhia aumentou de 41,68% em 31 de dezembro de 2020 para 54,04% em 31 de dezembro de 2021. Os principais fatores foram a emissão de debêntures da subsidiária Aura Almas Mineração S.A., com saldo de R\$ 411,5 milhões (US\$ 73,7 milhões) e pagamento de dividendos no exercício no total de R\$ 461,0 milhões (US\$ 85,6 milhões).

A parcela de capital de próprio utilizado na estrutura de capital da Companhia aumentou de 55,8%, em 31 de dezembro de 2019, para 55,8% em 31 de dezembro de 2020. Os principais motivos foram os resultados de R\$385 milhões (US\$ 68,5 milhões) e à Oferta Pública Inicial no Brasil no valor de R\$ 259,8 milhões (US\$ 48,7 milhões).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A tabela abaixo demonstra os principais indicadores financeiros relacionados à nossa capacidade de pagamento:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	(em R\$ milhões)		
	2021	2020	2019
Dívida Bruta⁽¹⁾	897	366	173,1
Caixa e Equivalentes em caixa, caixa restrito e aplicações financeiras	906	613,9	157,6
Dívida Líquida⁽²⁾	-9	-261,2	15,5
Lucro líquido (prejuízo) do Exercício/Período	240,4	385,0	104,2
EBITDA Ajustado⁽³⁾	1003,6	637,9	217
Índice de Alavancagem⁽⁴⁾	-0,01	-0,39	0,07

(1) A Dívida Bruta corresponde a soma de nossos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes.

(2) Corresponde à nossa Dívida Líquida na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

(3) Corresponde ao nosso EBITDA Ajustado anual na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência, referente aos últimos 12 meses.

(4) Índice de Alavancagem corresponde a nossa Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado. A Companhia calcula o Índice de Alavancagem com base no EBITDA Ajustado anual da Companhia (ao final de 12 (doze) meses), de forma que o indicador não se aplica para períodos intermediários (três, seis ou nove meses acumulados).

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	(em US\$ milhões)		
	2021	2020	2019
Dívida Bruta⁽¹⁾	160,8	70,4	43
Caixa e Equivalentes em caixa, caixa restrito e aplicações financeiras	162,4	118,1	39,1
Dívida Líquida⁽²⁾	-1,6	-47,7	3,9
Lucro líquido (prejuízo) do Exercício/Período	43,5	68,5	24,9
EBITDA Ajustado⁽³⁾	185,2	119,4	53,8
Índice de Alavancagem⁽⁴⁾	-0,01	-0,4	0,07

(1) A Dívida Bruta corresponde a soma de nossos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes.

(2) Corresponde à nossa Dívida Líquida na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

(3) Corresponde ao nosso EBITDA Ajustado anual na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência, referente aos últimos 12 meses.

(4) Índice de Alavancagem corresponde a nossa Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado. A Companhia calcula o Índice de Alavancagem com base no EBITDA Ajustado anual da Companhia (ao final de 12 (doze) meses), de forma que o indicador não se aplica para períodos intermediários (três, seis ou nove meses acumulados).

A dívida bruta aumentou 145,2% em Reais (128,4% em dólares) entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021. O aumento do endividamento ocorreu devido a captação de novas linhas de financiamento no valor de R\$ 618,2 milhões (US\$ 116,5 milhões), incluindo (i) 1ª emissão de debêntures da subsidiária Aura Almas Mineração S.A. com saldo a fim de exercício de R\$ 411,5 milhões (US\$ 73,7 milhões), além de nova linha de financiamento com Banco Safra S.A. no valor de R\$ 11,2 milhões (US\$ 2,0 milhões) e novas captações em no Brasil e Honduras. Apesar do aumento da dívida bruta, do pagamento de dividendos e dos investimentos, a forte

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

geração de caixa das operações durante o ano de 2021 possibilitou a Companhia manter posição de caixa líquido de R\$ 9,0 milhões (US\$ 1,6 milhões).

A dívida bruta aumentou 111,4% em Reais (63,8% em dólares) entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais, (ii) endividamento de curto e longo prazos, (iii) aumento no prazo de pagamento de fornecedores, e (iv) emissão de ações.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos principalmente através de financiamentos contratados junto a instituições financeiras estabelecidas nos principais países em que atua. Alternativamente, Companhia poderá avaliar efetuar emissão de títulos de dívida em mercado de capitais. Caso sejam realizados investimentos em ativos não circulantes, como aquisições de empresas, a Companhia pode vir a captar recursos adicionais em operações de dívida ou emissão de novas ações, a depender do tamanho da aquisição e do país onde se localizam tais ativos.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2021, a dívida bruta total era de R\$ 881,9 milhões (US\$ 158,0 milhões), sendo a parcela de curto prazo equivalente a 37% da dívida total e a de longo prazo equivalente a 63% da dívida total. A dívida de curto prazo é aquela com vencimento inferior a um ano.

Em 31 de dezembro de 2020, a dívida bruta total era de R\$ 385,7 milhões (US\$ 70,4 milhões), sendo a parcela de curto prazo equivalente a 40% da dívida total e a de longo prazo equivalente a 60% da dívida total. A dívida de curto prazo é aquela com vencimento inferior a um ano.

A 31 de dezembro de 2021 a companhia possuía linhas de crédito diferentes com 10 instituições em 4 países (Brasil, México, Honduras e Estados Unidos da América). Essas linhas de crédito possuíam encargos financeiros contratados que variavam de 2,67% a 7,5% ao ano (não incluindo o custo implícito calculado pela Companhia, estimado em 15,75%, para o empréstimo contratado com a Pandion), com prazos de vencimento entre 1 e 5 anos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia, de forma consolidada, bem como o saldo de cada um ao final de cada período, estão demonstrados na tabela abaixo. A tabela deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	(em R\$ milhões) ⁽¹⁾		
	2021	2020	2019
Empréstimos Totais⁽¹⁾	882	366	173,1
Empréstimo Longo Prazo	557	218	84
Empréstimo Curto Prazo	325	148	89,1

(1) Os empréstimos totais são a soma dos financiamentos de curto e longo prazo

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	(em US\$ milhões)		
	2021	2020	2019
Empréstimos Totais⁽¹⁾	158,0	70,4	43
Empréstimo Longo Prazo	99,9	41,9	20,9
Empréstimo Curto Prazo	58,2	28,5	22,1

(1) Os empréstimos totais são a soma dos financiamentos de curto e longo prazo.

Dívidas financeiras

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021			
	(em R\$ milhões)			
	Total	Dentro de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos
Banco Occidente	14,2	14,2	-	-
Banco Atlântida	33,8	26,5	7,3	-
Banco ABC Brasil S.A.	84,3	31,4	52,9	-
Banco Santander Brasil	43,0	17,3	25,7	-
Banco Votorantim	36,3	36,3	-	-
FIFOMI Credit Facility	13,8	4,7	9,1	-
Pandion	139,5	139,5	-	-
Itau	94,4	43,6	50,8	-
Safra	11,2	11,2	-	-
Debêntures	411,5	-	205,5	205,9
Total	881,9	324,6	351,3	205,9

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021			
	(em US\$ milhões)			
	Total	Dentro de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos
Banco Occidente	2,5	2,5	-	-
Banco Atlântida	6,1	4,8	1,3	-
Banco ABC Brasil S.A.	15,1	5,6	9,5	-
Banco Santander Brasil	7,7	3,1	4,6	-
Banco Votorantim	6,5	6,5	-	-
FIFOMI Credit Facility	2,5	0,8	1,6	-
Pandion	25,0	25,0	-	-
Itau	16,9	7,8	9,1	-
Safra	2,0	2,0	-	-
Debêntures	73,7	-	36,8	36,9
Total	158,0	58,2	63,0	36,9

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020			
	(em R\$ milhões)			
	Total	Dentro de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos
Banco Occidente	2,6	2,6	0,0	0,0
Banco Atlântida	24,9	9,0	15,8	0,0
Banco ABC Brasil S.A.	35,3	8,0	27,3	0,0
Banco Santander Brasil	55,5	15,8	39,8	0,0
Banco Votorantim	16,4	8,3	8,0	0,0
FIFOMI Credit Facility	17,7	4,5	9,1	4,2
IXM S.A.	30,5	30,5	0,0	0,0
PPG Arizona Holdings	139,3	50,4	88,9	0,0
Itaú	43,8	18,9	24,9	0,0
Total	366,0	148,0	213,8	4,2

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020			
	(em US\$ milhões)			
	Total	Dentro de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos
Banco Occidente	0,5	0,5	-	-
Banco Atlântida	4,8	1,7	3,0	-
Banco ABC Brasil S.A.	6,8	1,5	5,2	-
Banco Santander Brasil	10,7	3,0	7,7	-
Banco Votorantim	3,1	1,6	1,5	-
FIFOMI Credit Facility	3,4	0,9	1,7	0,8
IXM S.A.	5,9	5,9	-	-
PPG Arizona Holdings	26,8	9,7	17,1	-
Itaú	8,4	3,6	4,8	-
Total	70,4	28,5	41,1	0,8

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Obrigações contratuais

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021				
	(em R\$ milhões)				
	Total	Dentro de 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	382,5	382,5	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	15,5	-	7,8	7,8	-
Empréstimos de curto e longo prazo	881,9	324,6	351,3	205,9	-
Provisão para fechamento e restauração de minas	231,3	13,1	10,9	57,5	149,8
Outras obrigações e passivos	14,7	12,0	2,7	-	-
Total	1525,9	732,3	372,7	271,2	149,8

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021				
	(em US\$ milhões)				
	Total	Dentro de 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	68,5	68,5	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2,8	-	1,4	1,4	-
Empréstimos de curto e longo prazo	158,0	58,2	63,0	36,9	-
Provisão para fechamento e restauração de minas	41,5	2,4	2,0	10,3	26,8
Outras obrigações e passivos	2,6	2,2	0,5	-	-
Total	273,4	131,2	66,8	48,6	26,8

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
	(em R\$ milhões)				
	Total	Dentro de 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	378,8	378,8	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	0,8	0,8	-	-	-
Empréstimos de curto e longo prazo	366,0	133,5	228,4	4,2	-
Provisão para fechamento e restauração de minas	205,0	-	44,9	48,2	111,8
Outras obrigações e passivos	18,5	13,3	5,2	-	-
Total	969,1	526,4	278,5	52,4	111,8

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
	(em US\$ milhões)				
	Total	Dentro de 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	72,9	72,9	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	0,2	0,2	-	-	-
Empréstimos de curto e longo prazo	70,4	28,5	41,1	0,8	-
Provisão para fechamento e restauração de minas	39,4	-	8,6	9,3	21,5
Outras obrigações e passivos	3,6	2,6	1,0	-	-
Total	197,9	104,1	50,8	21,5	21,5

Seguem abaixo as principais características dos empréstimos da Companhia.

Banco de Occidente, S.A. (“Banco Occidente”)

Em 1 de abril de 2019, a Aura, por meio de Minosa, recebeu aprovação de uma nota promissória de curto prazo no valor de R\$ 7,7 milhões (a “Terceira Nota Promissória”) do Banco Occidente para necessidades de capital de giro. A Terceira Nota Promissória possui uma taxa de juros anual de 7,5%, com carência de seis meses e vencimento em fevereiro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor da Terceira Nota Promissória era de R\$ 0 (31 de dezembro de 2020: R\$ 2.604). Em 16 de junho de 2021 foi concluída uma nova operação de financiamento no valor de R\$ 26.502 (US\$ 5.000), a um prazo de 12 meses, com juros de 6,25% a.a. e vencimento em junho de 2022. Durante o exercício de 2021, foi amortizado o valor de R\$ 13.300 (US\$ 2.461), encerrando o ano com saldo de R\$ 14.169 (US\$ 2.539).

Banco ABC Brasil S.A. (“ABC Bank”)

Durante o segundo trimestre de 2019, a Aura, por meio da Apoena, firmou um contrato de empréstimo de R\$ 15,6 milhões com o Banco ABC para necessidades de capital de giro (o “Segundo Empréstimo”). O Segundo Empréstimo possui uma taxa de juros anual de 6,40%, com carência de um ano e vencimento em agosto de 2021. O Segundo Empréstimo foi refinanciado em agosto de 2020 com uma nova data de vencimento em agosto de 2023. O pagamento do empréstimo é feito em parcelas que vencem a cada três meses a partir de agosto de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor era de R\$ 17.757 (31 de dezembro de 2020: R\$ 21.322). Durante o segundo trimestre de 2019, a Aura, por meio da Apoena, firmou um contrato de empréstimo de R\$ 10,3 milhões com o Banco ABC para necessidades de capital de giro (o “Terceiro Empréstimo”). O Terceiro Empréstimo possuía uma taxa de juros anual de 6,4%, com carência de 12 meses e vencimento em julho de 2021. Em agosto de 2020, este empréstimo foi refinanciado com novo vencimento em agosto de 2023. O reembolso do empréstimo é feito em parcelas devidas a cada 3 meses a partir de agosto de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor do Terceiro Empréstimo era de R\$ 11.686 (31 de dezembro de 2020: R\$ 14.052). Durante o primeiro trimestre de 2021, foi contratada uma nova linha de crédito com o Banco ABC (“Quarto Empréstimo”), na modalidade Nota de Crédito à Exportação (NCE), no valor total contratado de R\$ 54.860 (US\$ 9.650), para atendimento de necessidades de capital de giro. A linha contempla taxa de juros anual de 5,75%, pagamentos de juros semestrais iniciando em setembro de 2021, e amortizações semestrais iniciando em agosto de 2022, com vencimento final

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em fevereiro de 2024. O saldo do Quarto Empréstimo a 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 54.879 (US\$ 9.834).

Banco Atlântida

Durante o segundo trimestre de 2017, a Aura, por meio de Minosa, firmou um contrato de empréstimo de R\$ 22,7 milhões com o Banco Atlântida para aquisição de ativo fixo para o desenvolvimento do projeto de lixiviação de pilha da fase 6. Em maio de 2017, a Aura utilizou um saldo de R\$ 13,0 milhões e, posteriormente, em outubro de 2017, utilizou o saldo restante de US\$ 3,0 milhões (R\$ 9,8 milhões). O empréstimo possui uma taxa de juros anual de 7,3%, com carência de um ano e vencimento em 15 de julho de 2023 e amortização mensal. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor do empréstimo com o Banco Atlântida era de R\$ 17.004 (31 de dezembro de 2020: R\$ 24.882). Durante o exercício de 2021 se realizaram amortizações no valor de R\$ 9,4 milhões (US\$ 1,7 milhões).

Em janeiro de 2021, Minosa assinou um contrato de empréstimo de R\$10,9 milhões (US\$ 2,0 milhões) para o desenvolvimento do projeto de lixiviação em pilha da fase 6, a uma taxa de juros anual de 7,25%, uma data de vencimento de 25 de janeiro de 2022, reembolsado em uma base de parcelas mensais. Referente a essa linha, durante o exercício de 2021 foram realizadas amortizações no valor total de R\$ 10,0 milhões (US\$ 1,8 milhão).

Em março de 2021 a Companhia firmou um contrato de empréstimo de R\$8,2 milhões (US\$ 1,5 milhões) para o desenvolvimento do projeto da fase 6 de lixiviação de pilha, com uma taxa de juros anual de 7%, vencimento em 22 de fevereiro de 2022 e reembolsado em parcelas mensais. Referente a essa linha, durante o exercício de 2021 foram realizadas amortizações no valor total de R\$ 6,7 milhões (US\$ 1,3 milhão).

Em abril de 2021 foi contratada uma nova linha no valor de R\$ 6,6 milhões (US\$ 1,3 milhões) com prazo de 12 meses, taxa de juros de 7,00% e vencimento em abril de 2022. Referente a essa linha, durante o exercício de 2021 foram realizadas amortizações no valor total de R\$ 4,5 milhões (US\$ 0,8 milhão).

Em novembro de 2021 foi contratado um empréstimo de R\$ 13,2 milhões (US\$ 2,4 milhões) com prazo de 12 meses, a taxa de 7,25% a.a., e vencimento em novembro de 2022. No exercício de 2021 foi amortizado R\$ 1,1 milhão (US\$ 0,2 milhão).

Santander Brasil

Durante o primeiro trimestre de 2019, a Aura, através da Apoena, firmou um contrato de empréstimo de R\$ 17,0 (US\$ 4,5 milhões) com o Banco Santander Brasil para as necessidades de capital de giro. O empréstimo tem uma taxa de juros anual de 7,70% com data de vencimento em janeiro de 2020. No primeiro trimestre de 2020, a Aura, através da Apoena, firmou um refinanciamento do contrato de empréstimo de US\$ 4,5 milhões que resultou em uma redução da taxa de juros anual do empréstimo de 7,70% para 7,18% e uma nova data de vencimento em janeiro de 2021. No quarto trimestre de 2020, a Aura através da Apoena, firmou um refinanciamento do contrato de empréstimo de US\$ 5 milhões que resultou em uma redução da taxa de juros anual do empréstimo que foi reduzida de 7,18% para 5,29% e uma nova data de vencimento em outubro de 2023. O pagamento do empréstimo é feito em parcelas devidas a cada três meses a partir de outubro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor do empréstimo era de R\$ 24.119 (31 de dezembro de 2020: R\$ 23.354).

Durante o quarto trimestre de 2020, a Aura, através da Apoena, firmou um contrato de empréstimo de R\$ 20.530 com o Banco Santander Brasil para as necessidades de capital de giro (o "Segundo Empréstimo"). O empréstimo tem uma taxa de juros anual de 4,95% com data de vencimento em dezembro de 2023. O pagamento do empréstimo é realizado feito em parcelas trimestrais a partir

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor do empréstimo era de R\$ 17.757 (31 de dezembro de 2020: R\$ 21.322).

Banco Votorantim

Durante o segundo trimestre de 2019, a Aura, por meio da Apoena, firmou um contrato de empréstimo de R\$ 13,8 milhões com o Banco Votorantim para necessidades de capital de giro. O empréstimo possui uma taxa de juros anual de 6,50%, com carência de um ano e vencimento em setembro de 2022. O empréstimo é reembolsado em parcelas a partir de setembro de 2020, que vencem a cada quatro meses. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor do empréstimo era de R\$ 8.784 (31 de dezembro de 2020: R\$ 16.307). Durante o primeiro trimestre de 2021, Apoena, assinou um contrato de empréstimo de R\$ 26.335 (US\$ 4.815) com o Banco Votorantim ("Segundo Empréstimo") para as necessidades de capital de giro. O empréstimo tem uma taxa de juros anual de 3,01% com um período de carência de um ano e uma data de vencimento de 31 de março de 2022. O empréstimo será reembolsado como uma quantia fixa na data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto do empréstimo era de R\$ 27,5 milhões (31 de dezembro de 2020: R\$ zero).

Linha de Crédito FIFOMI

Em 9 de dezembro de 2019, a Aura, por meio da Aranzazu, celebrou uma linha de crédito denominada em pesos mexicanos de Mex\$ 69,5 milhões, ou o equivalente a R\$ 15 milhões, junto ao Fideicomiso de Fomento Minero ("FIFOMI") para necessidades de capital de giro. A linha possui uma taxa de juros anual conforme a taxa anual de TIIE do Banco Central do México mais 4 bps, terminando em 11,99%, com carência de 12 meses e vencimento em 20 de novembro de 2024. O empréstimo é amortizado em parcelas mensais a partir de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor do empréstimo era de R\$ 13.784 (31 de dezembro de 2020: R\$ 17.731).

IXM S.A. (anteriormente denominada Louis Dreyfus) ("IXM")

Em 8 de março de 2018, a Aura, por meio da Aranzazu, firmou uma linha de empréstimo de R\$ 65,0 milhões (a "Linha") e um contrato de compra (o "Contrato de Compra") com a IXM para o reinício das operações e concentrados de cobre a serem produzidos a partir de sua mina de Aranzazu (o "Projeto") localizada no município de Concepción del Oro, na região nordeste do estado de Zacatecas, México.

Em 12 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou um aditivo pela qual a linha de crédito foi prorrogada até 31 de julho de 2021 a partir da data original de vencimento de março de 2021. A linha de crédito tem uma taxa de juros anual igual à LIBOR de um mês mais 700 bps.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor do empréstimo da IXM era de zero (31 de dezembro de 2020: R\$30.520).

Banco Itaú

Durante o primeiro trimestre de 2020, a Aura, por meio da Apoena, firmou um contrato de empréstimo de R\$ 41,6 milhões com o Banco Itaú para necessidades de capital de giro ("Primeiro Empréstimo"). O empréstimo possui uma taxa de juros anual de 7.00%, com vencimento em março de 2023. O pagamento do empréstimo é feito em parcelas semestrais a partir de março de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor do empréstimo era de R\$ 27.278 (31 de dezembro de 2020: R\$ 43.804). Durante o primeiro trimestre de 2021, a Companhia, através da subsidiária Apoena, contratou uma nova linha de financiamento com o Banco Itaú na modalidade Nota de Crédito a Exportação (NCE) ("Segundo Empréstimo") no montante total de R\$ 68.136 (US\$ 12.000), com taxa de juros anuais pré-fixada de 4,65% ao ano, vencimento em março de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2024, pagamentos de juros trimestrais iniciando em junho de 2021 e amortizações trimestrais iniciando em junho de 2022. O acordo tem um convênio financeiro onde a dívida líquida da EPP deve ser inferior a 1,5x sobre o EBITDA da EPP nos últimos 12 meses. O covenant é medido pela subsidiária. O saldo do Segundo Empréstimo a 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 67.100 (US\$ 12.024).

Empréstimo com a Pandion

Em 27 de março de 2020, em conexão com a aquisição da mina Gold Road, a Aura assumiu um empréstimo em aberto com a Pandion Mine Finance, LP (“Pandion”) com valor fixo de R\$ 178,9 milhões, com uma cláusula de pré-pagamento, segundo a qual se a Gold Road e a Aura pagarem antecipadamente os valores antes de 27 de março de 2021, a Gold Road e a Aura terão que pagar apenas R\$ 122,7 milhões. O vencimento do empréstimo é 30 de novembro de 2023. O contrato de empréstimo não prevê expressamente uma taxa de juros. Assim, a Aura decidiu utilizar uma taxa de risco de crédito no momento da aquisição de 15,75% e descontou o valor do empréstimo e reconheceu um passivo em aberto de R\$ 128,8 milhões. No primeiro trimestre de 2021, a Companhia não exerceu a opção de pré-pagamento que teve seu prazo expirado. Para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia colocou a mina Gold Road sob cuidados e manutenção. O empréstimo tem um convênio que estabelece que em caso de inadimplência de pagamento, o empréstimo deve ser pago dentro de um ano. Adicionalmente, caso qualquer valor do débito devido não seja pago na data de vencimento, a Companhia deverá pagar juros sobre o valor não pago a uma taxa igual a LIBOR mais 2% ao ano. Atualmente, o empréstimo está em inadimplência e a Companhia está passando por discussões para determinar os próximos passos. Como resultado do atraso no pagamento, a Companhia reclassificou o débito para o circulante e reconheceu um adicional de R\$ 16,5 milhões (US\$ 2,959 milhões) como resultado do ajuste do período de desconto utilizado para determinar o custo amortizado. Vide Nota 6 das Demonstrações Financeira Consolidadas de 2020 para mais informações sobre a aquisição da mina Gold Road. Em 31 de dezembro de 2021, o passivo em aberto totalizava R\$ 139.513, equivalente a US\$ 25.000 (31 de dezembro de 2020: R\$ 139.291, ou US\$ 26.804).

Banco Safra

No quarto trimestre de 2021, a Aura, através da subsidiária Apoena, contratou uma linha de financiamento na modalidade Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) com o Banco Safra no montante total de R\$ 11.452 (US\$ 2.000), para necessidades de capital de giro. O contrato contempla taxa de juros pré-fixada de 2,67% ao ano, pagamento de juros e principal em parcela única à data do vencimento, em dezembro de 2022. O saldo do empréstimo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 11.166 (US\$ 2.001).

Debêntures Aura Almas Mineração

Em 13 de julho de 2021, a Aura Almas Mineração S.A. ("Almas"), uma subsidiária da Companhia, emitiu uma debênture de R\$ 400 milhões (aproximadamente US\$ 78 milhões) em valor principal agregado de notas seniores (as "Notas") com o objetivo de desenvolver a mina. As Notas terão juros a uma taxa igual à Taxa de Depósito Interbancário Brasileira (taxa CDI) mais 4,35% ao ano e vencerão em até 5 anos a partir da Data de Emissão das Notas, ou seja, até 13 de julho de 2026. Junto com a debênture, há uma taxa de juros correspondente e um hedge de swap de moeda em USD a 5,84% de taxa fixa por ano (Nota 2a). As garantias das Notas incluem uma garantia corporativa da Aura Minerals Inc. e covenants financeiros com o Grupo. As Notas têm um covenant financeiro no qual o EBITDA acumulado dos últimos 12 meses da Companhia deve ser igual ou maior 1/2.75 vezes a dívida líquida a ser medida trimestralmente, a partir de 30 de setembro de 2021 (inclusive). O covenant é medido baseado nas demonstrações financeiras da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Aura Minerals. O saldo das Debêntures a 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 411.467, ou US\$ 73.733.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relacionamento comercial no curso normal dos seus negócios com as principais instituições financeiras estabelecidas em cada um dos países onde atua, de acordo com as melhores práticas do mercado financeiro.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia apresenta financiamentos com garantias reais e quirografárias. Nas tabelas abaixo é possível ver um resumo das dívidas tanto em Reais como em dólares americanos.

Últimas informações contábeis (31/12/2021)					
Tipo de Garantia	Inferior a um ano (Reais)	Um a três anos (Reais)	Três a cinco anos (Reais)	Superior a cinco anos (Reais)	Total (Reais)
Empréstimos					
Garantia real	144,2	214,6	205,9	0	564,8
Garantia flutuante	0	0	0	0	0
Quirografárias	180,4	136,8	0	0	317,1
Total	324,6	351,3	205,9	0	881,9

Observação: “Empréstimos com Garantia real” incluem os contratos celebrados com Fideicomiso de Fomento Minero – FIFOMI, PPG Arizona Holdings – Pandion e Debêntures da subsidiária Aura Almas Mineração. “Empréstimos Quirografários” incluem os contratos celebrados com Banco Votorantim S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco Safra S.A., Banco Atlantida S.A., Banco de Occidente S.A. e Itaú Unibanco S.A.

Últimas informações contábeis (31/12/2021)					
Tipo de Garantia	Inferior a um ano (US\$)	Um a três anos (US\$)	Três a cinco anos (US\$)	Superior a cinco anos (US\$)	Total (US\$)
Empréstimos					
Garantia real	25,8	38,5	36,9	0,0	101,2
Garantia flutuante	0	0	0	0	0
Quirografárias	32,3	24,5	0,0	0,0	56,8
Total	58,2	63,0	36,9	0,0	158,0

Observação: “Empréstimos com Garantia real” incluem os contratos celebrados com Fideicomiso de Fomento Minero – FIFOMI, PPG Arizona Holdings – Pandion e Debêntures da subsidiária Aura Almas Mineração. “Empréstimos Quirografários” incluem os contratos celebrados com Banco Votorantim S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco Safra S.A., Banco Atlantida S.A., Banco de Occidente S.A. e Itaú Unibanco S.A.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Últimas informações contábeis (31/12/2020)					
Tipo de Garantia	Inferior a um ano (Reais)	Um a três anos (Reais)	Três a cinco anos (Reais)	Superior a cinco anos (Reais)	Total (Reais)
Empréstimos					
Garantia real	62,1	12,8	5,8	0,0	80,7
Garantia flutuante	0	0	0	0	0
Quirografárias	120,9	169,9	19,1	0,0	309,9
Total	182,9	182,7	24,9	0,0	390,6

Observação: “Empréstimos com Garantia real” incluem os contratos celebrados com IXM S.A., Fideicomiso de Fomento Minero – FIFOMI e PPG Arizona Holdings – Pandion. “Empréstimos Quirografários” incluem os contratos celebrados com Banco Votorantim S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Atlantida S.A., Banco de Occidente S.A. e Itaú Unibanco S.A.

Últimas informações contábeis (31/12/2020)					
Tipo de Garantia	Inferior a um ano (US\$)	Um a três anos (US\$)	Três a cinco anos (US\$)	Superior a cinco anos (US\$)	Total (US\$)
Empréstimos					
Garantia real	11,3	2,3	1,1	0,0	14,7
Garantia flutuante	0	0	0	0	0
Quirografárias	22,1	31,0	3,5	0,0	56,6
Total	33,4	33,4	4,5	0,0	71,3

Observação: “Empréstimos com Garantia real” incluem os contratos celebrados com IXM S.A., Fideicomiso de Fomento Minero – FIFOMI e PPG Arizona Holdings – Pandion. “Empréstimos Quirografários” incluem os contratos celebrados com Banco Votorantim S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Atlantida S.A., Banco de Occidente S.A. e Itaú Unibanco S.A.

Para mais detalhe sobre a subordinação das dívidas, ver Seção 3.8 do formulário de referência.

- iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições;**

A Mineração Apoena S.A., subsidiária da Aura no Brasil, possui operações financeiras contratadas junto ao (i) Banco Santander (Brasil) S.A., com garantia da Companhia, possuindo restrições à transferência indireta de controle societário da devedora e de terceiros garantidores; (ii) Banco Votorantim S.A., com garantia da Companhia, possuindo restrições à transferência indireta de controle societário da devedora e de terceiros garantidores, bem como modificação na composição do capital social da devedora e de terceiros garantidores; (iii) Banco ABC Brasil S.A., que prevê restrições à alteração da composição de seu capital social, incorporação, fusão ou cisão e qualquer mudança direta ou indireta de controle da Mineração Apoena S.A.; (iv) Banco Safra S.A., que prevê restrições a alteração da composição de seu capital social, incorporação, fusão ou cisão e qualquer mudança direta ou indireta de controle da Mineração Apoena S.A.; e (v) Itaú Unibanco S.A., Nassau (“Itaú Nassau”), que prevê restrições à (a) obtenção ou captação de financiamentos ou outros recursos por meio de instrumentos disponíveis no mercado financeiro relacionados às exportações de mercadorias ou serviços, nos quais sejam aplicados os recursos obtidos por meio do contrato de pré-pagamento à exportação celebrado com o Itaú Nassau; (b) realização de incorporação, consolidação, fusão, cisão, divisão, liquidação, extinção,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dissolução, recuperação judicial ou reestruturação semelhante; (c) constituição, incorrênci a, assunção ou permissão de existência de gravames sobre a totalidade ou parte de seus empreendimentos, bens, ativos ou receitas, observadas as exceções previstas em tal contrato; (d) venda, transferência ou alienação de qualquer parte substancial de seus ativos; (e) mudança ou alteração do objeto social e/ou atividades realizadas pela Mineração Apoena S.A.; e (f) alteração ou modificação da composição de seu capital social, e à mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário.

O contrato celebrado com o Itaú Nassau, prevê, ainda, o cumprimento pela Mineração Apoena S.A. do seguinte índice financeiro: dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 1,0x, sendo: (i) "dívida líquida" definida como o valor da "dívida bancária" menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos); (ii) "dívida bancária" definida como a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/leasing financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis, frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional, e inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos); (iii) "EBITDA" definido como o resultado, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários; e (iv) "despesas financeiras" definida como o acumulado do ano fiscal corrente: taxas e despesas bancárias, a parcela de juros de quaisquer obrigações de pagamento diferido, todos os juros sobre o endividamento pagos ou provisionados, qualquer desconto concedido, as perdas da inflação e outras perdas cambiais com efeito caixa não considerados na definição de EBITDA.

A Aura Almas Mineração S.A., subsidiária integral da Aura no Brasil, emitiu debêntures em julho de 2021, com vencimento em julho de 2026, possuindo restrições à (i) cisão, fusão, incorporação (incluindo incorporação de ações) envolvendo as subsidiárias Aura Almas Mineração S.A., Aura Gold Mineração Ltda., Mineração Apoena S.A., ou a própria Aura Minerals, exceto se (a) tais operações ocorrerem dentro do Grupo Econômico Aura Minerals; ou (b) previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; (ii) alienação ou transferência do Controle, direto ou indireto das subsidiárias Aura Almas Mineração S.A., Aura Gold Mineração Ltda., Mineração Apoena S.A., ou a própria Aura Minerals, exceto (a) no caso de alienação ou transferência do Controle direto no âmbito de uma Operação Permitida; ou (b) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, sendo certo que, exclusivamente com relação à Aura Minerals, não será considerado um Evento de Inadimplemento caso a transação (ou conjunto de transações) realizada culmine no estabelecimento de uma sociedade sem Controle definido; (iii) redução de capital social da subsidiária Almas, exceto: (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou (b) para a absorção de prejuízos; (iv) qualquer alienação, venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, ainda que temporária, ou, ainda, constituição de qualquer Ônus, no todo ou em parte, direta ou indiretamente de quaisquer dos direitos minerários objeto do Penhor de Lavra; (v) alteração do objeto social da subsidiária Almas, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, exceto se não resultar em alteração de sua atividade principal; (vi) cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Almas e/ou de Aura Gold Mineração Ltda. e/ou Mineração Apoena S.A., por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s) (excluindo os direitos minerários objeto do Penhor de Lavra e incluindo outros direitos minerários de titularidade de Almas e relacionados ao Projeto Almas), exceto (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou (b) se tal cessão, venda, alienação e/ou transferência, de forma individual ou agregada dentro de um mesmo exercício social, não ultrapassar R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por entidade; (vii) constituição de qualquer Ônus sobre bens, direitos e ativo(s) de Almas e/ou de Aura

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Gold Mineração Ltda. e/ou Mineração Apoena S.A., exceto: (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; (b) por Ônus comprovadamente existentes na Data de Emissão; ou (c) se tal Ônus, de forma individual ou agregada dentro de um mesmo exercício social, não ultrapassar o valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (viii) distribuição e/ou pagamento, pela subsidiária Almas, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social de Almas vigente na Data de Emissão, caso a (a) Almas esteja em mora ou descumprindo com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos da Garantia; ou (b) tenha sido declarado qualquer Evento de Inadimplemento; (ix) distribuição e/ou pagamento pela Aura Minerals, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, exceto pelos dividendos obrigatórios eventualmente previstos em seus atos constitutivos, caso (a) a Aura Minerals esteja em descumprimento com o índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida da Aura Minerals pelo EBITDA da Aura Minerals, que deverá ser igual ou inferior a 1,75 vezes para distribuição de dividendos aos seus acionistas, ou (b) haja qualquer mora ou descumprimento das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos de Garantia; ou (x) não observância, pela Aura Minerals, do índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida da Companhia pelo EBITDA da Aura Minerals, que deverá ser igual ou inferior a 2,75 vezes, a ser apurado pela Aura Minerals, trimestralmente, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e acompanhados pelo Agente Fiduciário.

A Aranzazu Holding, S.A. de C.V., nossa subsidiária no México, possui uma operação financeira contratada junto à Louis Dreyfus Company Metals Suisse SA., que foi sucedida pela IXM Metals, possuindo restrições à (i) contratação de endividamento pela Aranzazu Holding, S.A. de C.V. ou pela Minerales de Occidente SA; (ii) alienação, pela devedora, pela Companhia, ou pela Minerales de Occidente SA, de ativos gravados no âmbito de referida operação financeira; (iii) transferência de controle (incluindo alienação substancial de ativos e/ou participação societária em subsidiária e operações de incorporação ou fusão) da devedora, da Companhia, ou da Minerales de Occidente SA; e (iv) distribuição de dividendos, recompra e resgate de valores mobiliários, pela devedora, pela Companhia, ou pela Minerales de Occidente SA, sendo certo que a restrição à distribuição seria reduzida gradativamente, conforme a operação fosse amortizada, até seu vencimento, em julho de 2021, quando não haveria mais restrições à distribuição de dividendos relacionadas a esta operação. Ademais, referida operação financeira estabelecia que a Companhia cumprisse com os seguintes indicadores financeiros: (a) manutenção de índice de cobertura do serviço da dívida consolidada, pela Companhia, na forma e em patamar acordado entre as partes; e (b) manutenção de índice de cobertura da vida do empréstimo (*loan life cover ratio*), pela Companhia em patamar mínimo conforme acordado entre as partes, sendo índice de cobertura da vida do empréstimo (*loan life cover ratio*) definida como o fluxo de caixa projetado gerado pela Companhia entre a data de aferição e a data de vencimento da operação financeira (inclusive), dividido pelos pagamentos devidos a título de amortização no âmbito da operação financeira durante o mesmo período.

Os índices financeiros descritos acima foram cumpridos em 2018, 2019 e 2020. Durante o primeiro trimestre de 2021, Aranzazu pré-pagou o saldo em aberto do empréstimo.

O contrato de abertura de crédito celebrado entre a Aranzazu Holding, S.A. de C.V. e Fideicomiso de Fomento Minero (FIFOMI) possui certas restrições, nos termos de referido contrato, incluindo restrições para: (i) endividamento; (ii) outorga de empréstimos; (iii) oneração de ativos; (iv) fusão ou incorporação; (v) alienação de ativos; (vi) mudança da natureza dos negócios; (vii) distribuição de dividendos; e (viii) redução do capital social da devedora abaixo de determinado montante. Ademais, configuraram hipóteses de vencimento antecipado do contrato eventos de (a) alteração de controle; e (b) inadimplemento em outros contratos financeiros celebrados pelo devedor. Aranzazu

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

tem opção de pagamento parcial da sua dívida com FIFOMI a qualquer momento sem penalidade, eliminando todas as obrigações do contrato de dívida.

A Minerales de Occidente SA celebrou contratos financeiros de longo prazo com o Banco de Occidente e o Banco Atlantida. O contrato celebrado com Banco Atlantida prevê a necessidade de notificação prévia do banco para transferência de controle da Minerales de Occidente SA., distribuição de dividendos, contratação de novos endividamentos e alienação de ativos.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 – Em Reais e dólares americanos

Demonstração consolidadas do resultado (R\$ milhões)

	30/12/2021	AV (%)	30/12/2020	AV (%)	Análise Horizontal
Receita líquida	2.401,0	100%	1.570,00	100%	53%
Custo dos produtos vendidos	1.409,4	59%	920,6	59%	53%
Lucro Bruto	991,6	41%	649,5	41%	53%
Despesas gerais e administrativas	122,9	5%	95,5	6%	29%
Despesas de tratamento e manutenção	17,0	1%	8,2	1%	108%
Gastos com exploração	52,5	2%	28,3	2%	85%
Impairment	110,8	5%	0	0%	#DIV/0!
ARO Mudança na estimativa de propriedades em cuidados e manutenção	17,2	1%	-4,6	0%	-471%
Lucro (Prejuízo) Operacional	671,3	28%	522,1	33%	29%
Despesas Financeiras	-89,0	-4%	-53,0	-3%	68%
Outras receitas (despesas)	-43,6	-2%	-56,8	-4%	-23%
Prejuízo antes do imposto de renda	538,7	22%	412,3	26%	31%
Imposto de renda corrente e diferido	-298,3	-12%	-27,3	-2%	993%
Prejuízo do período	240,4	10%	385,0	25%	-38%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstração consolidadas do resultado (US\$ milhões)

	30/12/2021	AV (%)	30/12/2020	AV (%)	Análise Horizontal
Receita líquida	444,6	19%	299,9	19%	48%
Custo dos produtos vendidos	261,5	11%	178,0	11%	47%
Lucro Bruto	183,0	8%	121,9	8%	50%
Despesas gerais e administrativas	22,8	1%	18,4	1%	24%
Despesas de tratamento e manutenção	3,1	0%	1,6	0%	96%
Gastos com exploração	9,8	0%	5,4	0%	81%
Impairment	21,2	1%	0,0	0%	N/A
ARO Mudança na estimativa de propriedades em cuidados e manutenção	3,1	0%	-0,9	0%	-459%
Lucro (Prejuízo) Operacional	123,1	5%	97,3	6%	26%
Despesas Financeiras	-16,4	-1%	-10,1	-1%	62%
Outras receitas (despesas)	-7,9	0%	-11,7	-1%	-32%
Prejuízo antes do imposto de renda	98,7	4%	75,5	5%	31%
Imposto de renda corrente e diferido	-55,2	-2%	-7,0	0%	689%
Prejuízo do período	43,5	2%	68,5	4%	-36%

Análises das variações – Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 X exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020

Receita Líquida

De forma resumida, a receita líquida da Companhia é constituída pelo volume de metais vendidos pela Companhia multiplicado pelo preço desses metais no mercado – valores estes constituídos em dólares americanos –, deduzidos alguns custos de venda como royalties públicos, transporte, refino e comercialização, deduções de metal para o processamento do concentrado de Aranzazu, entre outros, fazendo com que a variação cambial seja um fator de relevante impacto em nosso resultado. O principal produto vendido pela Companhia é o lingote de ouro, seguido por concentrado de cobre e ouro.

A receita líquida do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 aumentou em R\$831 milhões (US\$ 145 milhões), um aumento de 53% em reais comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, como resultado de:

- Aumento na produção e, consequentemente no volume de vendas. Foram vendidas 274.440 GEO em 2021 (excluindo onças capitalizadas em EPP e Gold Road), um aumento de 45% em relação ao ano de 2020.
- Aumento no preço médio dos metais, principalmente do cobre. O preço médio do ouro alcançou US\$ 1.799 por onça em 2021, em comparação a US\$ 1.768 nos doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2019, e o preço do cobre alcançou a média de US\$ 4,24 por libra, em comparação a um preço médio de US\$ 2,80 por libra em 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custo dos Produtos Vendidos

O aumento dos custos de produção reconhecidos no resultado da Companhia para exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 alcançou R\$ 488,8 milhões (US\$ 83,6 milhões) em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente impactado pelo aumento de movimentação de mina e de processamento de minério nas operações de Aranzazu, San Andres e EPP. O aumento de produção em GEO mais que compensou o aumento de custo e, quando excluído o efeito do projeto Gold Road, o custo caixa da Companhia em 2021 apresentou uma redução de 6% quando comparado ao ano de 2020.

Despesas Gerais e Administrativas

A Companhia apresentou um aumento de 29% nas despesas gerais e administrativas no ano de 2021, quando comparado ao exercício de 2020. O aumento das contas de salários, ordenados e benefícios e de bônus devem-se à adição de pessoal da mina de Gold Road e do aumento da estrutura Corporativa, associada ao crescimento da Companhia nos últimos doze meses.

O aumento de despesas com seguros refere-se a novas coberturas de seguros que entraram em vigor durante o ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2021, e também ao aumento dos custos de outras coberturas devido ao crescimento da Companhia.

O aumento nos honorários dos conselheiros de administração é motivado principalmente devido à reavaliação das DSUs em circulação e em posse de determinado conselheiro e com base no preço das ações da Companhia, em 31 de dezembro de 2021. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o preço de mercado da ação da Companhia diminuiu em relação a 31 de dezembro de 2020, resultando assim em uma diminuição nos honorários do conselheiro. A despesa com pagamento baseada em ações está associada à emissão de opções de ações em 2021.

"Outros" inclui despesas gerais, tais como despesas incorridas relacionadas a materiais e suprimentos de prevenção COVID-19, Saúde, Meio Ambiente e Segurança e outros.

Despesas de Tratamento e Manutenção

[As despesas de cuidado e manutenção referentes ao projeto Gold Road](#), as despesas de tratamento e manutenção para os projetos Almas, Matupá e Tolda Fria representam principalmente custos relativos à manutenção de provisões adequadas para títulos mobiliários, contratos, licenças ambientais e manutenção adequada dos ativos.

Gastos com Exploração

A despesa de exploração para a EPP representou principalmente custos relacionados ao aumento dos esforços para descoberta de novas áreas potenciais de mineração. Em Gold Road, as despesas de exploração foram incorridas para detalhar as reservas e recursos da mina.

Despesas Financeiras

O aumento das despesas com juros sobre dívidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 inclui as despesas com juros acumulados sobre a dívida de Gold Road no valor de R\$ 36,7 milhões despesas com juros acumulados sobre a dívida de Debêntures no valor de R\$ 12,1 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A despesa de atualização monetária para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021 é composta por despesas monetárias de US\$ 3,8 milhões (R\$ 21,3 milhões) em projetos de EPP, US\$ 1,4 milhão (R\$ 7,9 milhões) na Mina de San Andrés e US\$ 333 mil (R\$ 1,9 milhão) em Aranzazu.

Para mais informações, consulte a Nota 23 das Demonstrações Financeiras.

Outras Receitas (Despesas)

Em 2021 a Companhia apresentou perda de R\$ 45,2 milhões (US\$ 8,3 milhões) com a reconhecimento de perda do valor justo da opção de dívida com a Pandion, referente ao projeto Gold Road, uma vez que em março de 2021 decidiu-se por não exercer a opção de pré pagamento da dívida (ver nota 24 das Demonstrações Financeiras).

Durante o exercício de 2021 a empresa reconheceu uma perda cambial de R\$ 8.415 (US\$ 1.649), sem efeito caixa, referente a depreciação do Real Brasileiro frente ao Dólar Americano, afetando de modo mais significativo o saldo das Debêntures da subsidiária Almas.

Imposto de renda

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a alíquota efetiva da empresa foi de 56%, o que foi motivado principalmente pelas perdas em Gold Road (veja Nota 30 das Demonstrações Financeiras), incluindo a perda para impairment (veja Nota 10 das Demonstrações Financeiras). Durante 2021, a Companhia registrou uma receita maior que resultou em uma despesa maior de imposto de renda. Durante o mesmo período em 2020, foram registrados lucros menores como resultado da interrupção dos negócios devido às restrições da COVID-19. Estes fatores levaram a uma despesa de imposto de renda globalmente maior para o período atual, 31 de dezembro de 2021.

Em 2021, o aumento geral da despesa de imposto de renda foi impulsionado diretamente devido ao aumento dos lucros antes dos impostos e do imposto diferido não reconhecido, principalmente devido à perda de Gold Road. Em 2020, o aumento na recuperação do imposto diferido se deveu principalmente ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos relacionados a prejuízos fiscais e provisões em minas EPP por aproximadamente US\$25,1 milhões.

Lucro do período

Em 2021 a Companhia encerrou o período com lucro líquido R\$ 240,4 milhões, uma redução de R\$ 144,6 milhões em relação a 2020, principalmente devido ao imposto de renda diferido de R\$ 123,4 milhões, com efeito mais relevante do reconhecimento de ativos fiscais diferidos relacionados a prejuízos fiscais e provisões das minas de EPP.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020– Em Reais e dólares americanos

Demonstração consolidadas do resultado (R\$ milhões)

	30/12/2021	AV (%)	30/12/2020	AV (%)	Análise Horizontal
Receita líquida	2.401,0	100%	1.570,00	100%	53%
Custo dos produtos vendidos	1.409,4	59%	920,6	59%	53%
Lucro Bruto	991,6	41%	649,5	41%	53%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas gerais e administrativas	122,9	5%	95,5	6%	29%
Despesas de tratamento e manutenção	17,0	1%	8,2	1%	108%
Gastos com exploração	52,5	2%	28,3	2%	85%
Impairment	110,8	5%	0	0%	#DIV/0!
ARO Mudança na estimativa de propriedades em cuidados e manutenção	17,2	1%	-4,6	0%	-471%
Lucro (Prejuízo) Operacional	671,3	28%	522,1	33%	29%
Despesas Financeiras	-89,0	-4%	-53,0	-3%	68%
Outras receitas (despesas)	-43,6	-2%	-56,8	-4%	-23%
Prejuízo antes do imposto de renda	538,7	22%	412,3	26%	31%
Imposto de renda corrente e diferido	-298,3	-12%	-27,3	-2%	993%
Prejuízo do período	240,4	10%	385,0	25%	-38%

Demonstração consolidadas do resultado (US\$ milhões)

	30/12/2021	AV (%)	30/12/2020	AV (%)	Análise Horizontal
Receita líquida	444,6	19%	299,9	19%	48%
Custo dos produtos vendidos	261,5	11%	178,0	11%	47%
Lucro Bruto	183,0	8%	121,9	8%	50%
Despesas gerais e administrativas	22,8	1%	18,4	1%	24%
Despesas de tratamento e manutenção	3,1	0%	1,6	0%	96%
Gastos com exploração	9,8	0%	5,4	0%	81%
Impairment	21,2	1%	0,0	0%	N/A
ARO Mudança na estimativa de propriedades em cuidados e manutenção	3,1	0%	-0,9	0%	-459%
Lucro (Prejuízo) Operacional	123,1	5%	97,3	6%	26%
Despesas Financeiras	-16,4	-1%	-10,1	-1%	62%
Outras receitas (despesas)	-7,9	0%	-11,7	-1%	-32%
Prejuízo antes do imposto de renda	98,7	4%	75,5	5%	31%
Imposto de renda corrente e diferido	-55,2	-2%	-7,0	0%	689%
Prejuízo do período	43,5	2%	68,5	4%	-36%

Análises das variações – Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 X exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020

Receita Líquida

De forma resumida, a receita líquida da Companhia é constituída pelo volume de metais vendidos pela Companhia multiplicado pelo preço desses metais no mercado – valores estes constituídos em dólares americanos –, deduzidos alguns custos de venda como royalties públicos, transporte, refino e comercialização, deduções de metal para o processamento do concentrado de Aranzazu, entre outros, fazendo com que a variação cambial seja um fator de relevante impacto em nosso resultado. O principal produto vendido pela Companhia é o lingote de ouro, seguido por concentrado de cobre e ouro.

A receita líquida do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 aumentou em R\$ 831 milhões (US\$ 145 milhões), um aumento de 53% em reais comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, como resultado de:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Aumento na produção e, consequentemente no volume de vendas. Foram vendidas 274.440 GEO em 2021 (excluindo onças capitalizadas em EPP e Gold Road), um aumento de 46% em relação ao ano de 2020.
- Aumento no preço médio dos metais, principalmente do cobre. O preço médio do ouro alcançou US\$ 1.799 por onça em 2021, em comparação a US\$ 1.768 nos doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2019, e o preço do cobre alcançou a média de US\$ 4,24 por libra, em comparação a um preço médio de US\$ 2,80 por libra em 2020.

Custo dos Produtos Vendidos

O aumento dos custos de produção reconhecidos no resultado da Companhia para exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 alcançou R\$488,8 milhões (US\$ 83,6 milhões) em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente impactado pelo aumento de movimentação de mina e de processamento de minério nas operações de Aranzazu, San Andres e EPP. O aumento de produção em GEO mais que compensou o aumento de custo e, quando excluído o efeito do projeto Gold Road, o custo caixa da Companhia em 2021 apresentou uma redução de 6% quando comparado ao ano de 2020.

Despesas Gerais e Administrativas

A Companhia apresentou um aumento de 29% nas despesas gerais e administrativas no ano de 2021, quando comparado ao exercício de 2020. O aumento das contas de salários, ordenados e benefícios e de bônus devem-se à adição de pessoal da mina de Gold Road e do aumento da estrutura Corporativa, associada ao crescimento da Companhia nos últimos doze meses.

O aumento de despesas com seguros refere-se a novas coberturas de seguros que entraram em vigor durante o ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2021, e também ao aumento dos custos de outras coberturas devido ao crescimento da Companhia.

O aumento nos honorários dos conselheiros de administração é motivado principalmente devido à reavaliação das DSUs em circulação e em posse de determinado conselheiro e com base no preço das ações da Companhia, em 31 de dezembro de 2021. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o preço de mercado da ação da Companhia diminuiu em relação a 31 de dezembro de 2020, resultando assim em uma diminuição nos honorários do conselheiro. A despesa com pagamento baseada em ações está associada à emissão de opções de ações em 2021.

"Outros" inclui despesas gerais, tais como despesas incorridas relacionadas a materiais e suprimentos de prevenção COVID-19, Saúde, Meio Ambiente e Segurança e outros.

Despesas de Tratamento e Manutenção

As despesas de cuidado e manutenção referentes ao projeto Gold Road As despesas de tratamento e manutenção para os projetos Almas, Matupá e Tolda Fria representam principalmente custos relativos à manutenção de provisões adequadas para títulos mobiliários, contratos, licenças ambientais e manutenção adequada dos ativos.

Gastos com Exploração

A despesa de exploração para a EPP representou principalmente custos relacionados ao aumento dos esforços para descoberta de novas áreas potenciais de mineração. Em Gold Road, as despesas de exploração foram incorridas para detalhar as reservas e recursos da mina.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas Financeiras

O aumento das despesas com juros sobre dívidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 inclui as despesas com juros acumulados sobre a dívida de Gold Road no valor de R\$ 36,7 milhões despesas com juros acumulados sobre a dívida de Debêntures no valor de R\$ 12,1 milhões.

A despesa de atualização monetária para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021 é composta por despesas monetárias de US\$ 3,8 milhões (R\$ 21,3 milhões) em projetos de EPP, US\$ 1,4 milhão (R\$ 7,9 milhões) na Mina de San Andrés e US\$ 333 mil (R\$ 1,9 milhão) em Aranzazu. Para mais informações, consulte a Nota 23 das Demonstrações Financeiras.

Outras Receitas (Despesas)

Em 2021 a Companhia apresentou perda de R\$ 45,2 milhões (US\$ 8,3 milhões) com a reconhecimento de perda do valor justo da opção de dívida com a Pandion, referente ao projeto Gold Road, uma vez que em março de 2021 decidiu-se por não exercer a opção de pré pagamento da dívida (ver nota 24 das Demonstrações Financeiras).

Durante o exercício de 2021 a empresa reconheceu uma perda cambial de R\$ 8.415 (US\$ 1.649), sem efeito caixa, referente a depreciação do Real Brasileiro frente ao Dólar Americano, afetando de modo mais significativo o saldo das Debêntures da subsidiária Almas.

Imposto de renda

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a alíquota efetiva da empresa foi de 56%, o que foi motivado principalmente pelas perdas em Gold Road (veja Nota 30 das Deminstrações Financeiras), incluindo a perda para impairment (veja Nota 10 das Demonstrações Financeiras). Durante 2021, a Companhia registrou uma receita maior que resultou em uma despesa maior de imposto de renda. Durante o mesmo período em 2020, foram registrados lucros menores como resultado da interrupção dos negócios devido às restrições da COVID-19. Estes fatores levaram a uma despesa de imposto de renda globalmente maior para o período atual, 31 de dezembro de 2021.

Em 2021, o aumento geral da despesa de imposto de renda foi impulsionado diretamente devido ao aumento dos lucros antes dos impostos e do imposto diferido não reconhecido, principalmente devido à perda de Gold Road. Em 2020, o aumento na recuperação do imposto diferido se deveu principalmente ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos relacionados a prejuízos fiscais e provisões em minas EPP por aproximadamente US\$25,1 milhões.092.

Lucro do período

Em 2021 a Companhia encerrou o período com lucro líquido R\$ 240,4 milhões, uma redução de R\$144,6 milhões em relação a 2020, principalmente devido ao imposto de renda diferido de R\$ 123,4 milhões, com efeito mais relevante do reconhecimento de ativos fiscais diferidos relacionados a prejuízos fiscais e provisões das minas de EPP.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 – Em Reais e dólares americanos

Demonstração consolidadas do resultado (R\$ milhões)

	31/dez 2020	AV (%) 2020	31/dez 2019	AV (%) 2019	31/dez 2018	AV (%) 2018	Análise Horizon tal 2020 x 2019	Análise Horizont al 2019 x 2018
	2020		/2019		/2018			
Receita líquida								
Custo dos produtos vendidos	1.570,00	100%	898,3	100%	570,7	100%	75%	57%
Lucro Bruto	920,6	59%	703,7	78%	510,6	89%	31%	38%
	649,5	41%	194,6	22%	60,1	11%	234%	224%
Despesas gerais e administrativas								
Despesas de tratamento e manutenção	95,5	6%	46,8	5%	42,8	7%	104%	9%
Gastos com exploração	8,2	1%	5,8	1%	19,1	3%	41%	-70%
Impairment	28,3	2%	13,8	2%	14	2%	105%	-1%
ARO Mudança na estimativa de propriedades em cuidados e manutenção	0	0%	-	0%	-204,3	-36%		
Lucro Operacional	-4,6	0%						
	522,1	33%	128,2	14%	188,5	33%	307%	-32%
Ganho na aquisição da Rio Novo Gold Inc.								
Reversão de ajuste de conversão cambial (Serrote)	0	0%	-	0%	71,3	12%		
Ganho na venda da mineração Vale Verde Ltda. (Serrote)	0	0%	-	0%	-51,7	-9%		
Despesas Financeiras	0	0%	-	0%	12,8	2%		
Outras receitas (despesas)	-53,0	-3%	-31,3	-3%	-13,2	-2%	69%	137%
Lucro antes do imposto de renda	-56,8	-4%	-32,7	-4%	4,1	1%	74%	-898%
Imposto de renda	412,3	26%	64,2	7%	211,8	37%	542%	-70%
Lucro líquido do exercício	-27,3	-2%	40	4%	-18,8	-3%	-168%	-313%

Demonstração consolidadas do resultado (US\$ milhões)

	31/dez 2020	AV (%) 2020	31/dez 2019	AV (%) 2019	31/dez 2018	AV (%) 2018	Análise Horizon tal 2020 x 2019	Análise Horizont al 2019 x 2018
	2020		/2019		/2018			
Receita líquida								
Custo dos Produtos Vendidos	299,9	100%	226,2	100%	157,7	100%	33%	43%
Lucro Bruto	178	59%	177,9	79%	140,4	89%	0%	27%
	121,9	41%	48,3	21%	17,3	11%	152%	179%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas gerais e administrativas								
Despesas de tratamento e manutenção	18,4	6%	11,9	5%	11,8	7%	55%	1%
Gastos com exploração	1,6	1%	1,5	1%	5,1	3%	7%	-71%
Impairment	5,4	2%	3,5	2%	3,9	2%	54%	-10%
ARO Mudança na estimativa de propriedades em cuidados e manutenção	0	0%	—	0%	-53,7	-34%		
Lucro Operacional	-0,857	0%						
	97,319	32%	31,4	14%	50,2	32%	210%	-37%
Ganho na aquisição da Rio Novo Gold Inc.								
Reversão de ajuste de conversão cambial (Serrote)		0%	—	0%	21,9	14%		
Ganho na venda da mineração Vale Verde Ltda. (Serrote)		0%	—	0%	-15,9	-10%		
Despesas Financeiras		0%	—	0%	3,9	2%		
Outras receitas (despesas)	10,137	-3%	-7,8	-3%	-3,6	-2%	30%	117%
Lucro antes do imposto de renda	-11,7	-4%	-8,2	-4%	0,9	1%	43%	-1011%
Imposto de renda	75,5	25%	15,4	7%	57,4	36%	390%	-73%
Lucro líquido do exercício	-7	-2%	9,5	4%	-5,4	-3%	-174%	-276%

Análises das variações – Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 X exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019

Receita Líquida

De forma resumida, a receita líquida da Companhia é constituída pelo volume de metais vendidos pela Companhia multiplicado pelo preço desses metais no mercado – valores estes constituídos em dólares americanos –, deduzidos alguns custos de venda como royalties públicos, transporte, refino e comercialização, deduções de metal para o processamento do concentrado de Aranzazu, entre outros, fazendo com que a variação cambial seja um fator de relevante impacto em nosso resultado. O principal produto vendido pela Companhia é o lingote de ouro, seguido por concentrado de cobre e ouro.

A receita líquida do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 aumentou em R\$671 milhões (US\$ 73.672 milhões), um aumento de 75% em reais comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, como resultado de:

- Aumento na produção e, consequentemente no volume de vendas. Foram vendidas 194.675 GEO em 2020 (excluindo onças capitalizadas em EPP e Gold Road), um aumento de 10% em relação ao ano de 2019.
- Aumento no preço médio dos metais, principalmente do ouro. O preço médio do ouro alcançou US\$ 1.768 por onça em 2020, em comparação a US\$ 1.373 nos doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2019.

Custo dos Produtos Vendidos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O aumento dos custos de produção reconhecidos no resultado da Companhia para exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 alcançou R\$216,8 milhões (US\$ 0,1 milhão) em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente impactado pela depreciação do real frente ao dólar americano, e nessa moeda os custos permaneceram estáveis, apesar do aumento do volume de produção e do aumento de 10% na quantidade de onças vendidas (excluindo as onças capitalizadas). Desta forma, em dólares americanos, houve uma redução no custo caixa por GEO produzida durante o exercício de 2020. Os principais motivos para a redução do custo caixa por onça produzida durante o exercício social de 2020 foram: maior eficiência operacional, aumento no volume de produção e desvalorização do Real brasileiro e Peso mexicano em relação ao Dólar norte-americano.

Despesas Gerais e Administrativas

A Companhia incorreu em várias despesas gerais e administrativas não recorrentes no ano de 2020, tais como: despesas relacionadas à Oferta Secundária, despesas com aquisição, outras taxas legais despesas associadas à prevenção da Pandemia em nossas operações, despesas de DSU e outras.

Os honorários profissionais e de consultoria incluem despesas com os auditores da Companhia, que aumentaram devido às obrigações de apresentação de relatórios financeiros auditados no Brasil após a Companhia ter se tornado uma empresa listada na B3, incluindo a emissão de relatórios trimestrais e auditoria das demonstrações financeiras anuais por uma Empresa de Auditoria registrada no Brasil.

As taxas legais, de listagem e de agentes de transferência foram impactadas por despesas relacionadas à Oferta Secundária e à assessoria jurídica geral com relação à regulação do mercado valores mobiliários, revisão de planos de opção de compra de ações, consultoria para desdobramento de ações, assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia e outras consultas jurídicas.

O aumento nos valores dos seguros está principalmente relacionado ao aumento das coberturas de interrupção de propriedade e negócios, decorrente dos aumentos de produção e receitas e da aquisição da Gold Road. Adicionalmente, o aumento dos prêmios de diretores e executivos é resultado do maior valor de mercado da Companhia, da listagem de ações e das condições gerais do mercado de seguros. A categoria de fusões e aquisições (M&As) em despesas gerais e administrativas representa os custos incorridos com relação à aquisição da mina Gold Road.

"Outros" inclui despesas gerais incorridas relacionadas a materiais e suprimentos adquiridos relacionados à Pandemia, especialmente em Aranzazu, assinaturas de TI/Software, material de escritório e outros itens.

Despesas de Tratamento e Manutenção

As despesas de tratamento e manutenção para os projetos Almas, Matupá e Tolda Fria representam principalmente custos relativos à manutenção de provisões adequadas para títulos mobiliários, contratos, licenças ambientais e manutenção adequada dos ativos. As despesas com tratamento e manutenção apresentaram pouca variação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020.

Gastos com Exploração

A despesa de exploração para a EPP e Aranzazu representa principalmente custos relacionados ao

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

aumento dos esforços para descoberta de novas áreas potenciais de mineração. Na Gold Road, adquirida em 27 de março de 2020, despesas de exploração foram incorridas para detalhar as reservas e recursos da mina.

Despesas Financeiras

O aumento das despesas de juros sobre dívidas é principalmente devido ao aumento da dívida não garantida da Gold Road, que tem um custo implícito de 15,75% p.a. Para mais informações, consulte a Nota 13 das Demonstrações Financeiras.

O aumento nas despesas está relacionado às variações nas premissas durante 2019 para os novos ativos de direito de uso. Para mais informações, consulte a Nota 17 das Demonstrações Financeiras.

Outras Receitas (Despesas)

A perda líquida em opções de compra/venda e contratos a preço fixo para o ouro aumentou em 2020, já que os preços de mercado do ouro passaram de US\$ 1.392 para US\$ 1.768. Assim, visto que a Companhia possui hedges de curto, foram incorridos prejuízos realizados e não realizados com derivativos (collars a custo zero e a termo).

O ganho perda líquida em derivativos em moeda estrangeira e a perda cambial aumentaram em 2020 devido à desvalorização significativa do real brasileiro em relação ao dólar dos Estados Unidos.

O ganho na mudança do FV (valor justo) da nota promissória da MVV está relacionado a um contrato que a Companhia celebrou em 1 de dezembro de 2017, para vender a empresa Mineração Vale Verde, que detém o Projeto Serrote, por um valor agregado de US\$ 40 milhões. O valor de venda de US\$ 40 milhões foi composto de um pagamento em dinheiro de US\$ 30 milhões (pagos), bem como a entrega pelos compradores de uma nota promissória não garantida subordinada no valor principal de US\$ 10 milhões, a ser pago com 75% do excesso de caixa do projeto ter pago o “*project financing*” e as necessidades operacionais. A determinação da probabilidade de pagamento e do prazo de pagamento impactam significativamente o valor justo da nota promissória. Considerando os desenvolvimentos recentes relacionados ao Projeto Serrote, a Companhia estimou o valor justo da nota promissória em US\$ 2,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. A Companhia continuará monitorando o projeto, com atenção especial para quando será declarada a produção comercial e quando os fluxos de caixa positivos começarão a ser gerados, a fim de reavaliar o valor justo a cada data de reporte.

Imposto de renda

Em 2020, o aumento na recuperação de impostos diferidos foi devido principalmente ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos relacionados a perdas contábeis e provisões em minas EPP por aproximadamente R\$130,4 milhões.

Lucro do período

Em 2020 a Companhia encerrou o período com lucro líquido R\$ 385,0 milhões, crescimento de R\$280,8 milhões em relação a 2019, principalmente devido ao crescimento do resultado operacional de R\$454,9 milhões; parcialmente compensado pelo crescimento de R\$ 61,9 milhões em imposto de renda

Análises das variações - 2019 X 2018

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita Líquida

De forma resumida, a receita líquida da Companhia é constituída pelo volume de metais vendidos pela Companhia multiplicado pelo preço desses metais no mercado – valores estes constituídos em dólares americanos –, fazendo com que a variação cambial seja um fator com relevante impacto em nosso resultado. O principal metal vendido pela Companhia é o ouro, seguido por concentrado de cobre.

A receita líquida da Companhia aumentou em 57% em Reais (43% em dólar americano, moeda funcional da companhia) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, quando comparada com o mesmo período de 2018, alcançando R\$ 898,3 milhões (US\$ 226,2 milhões) no exercício de 2019 contra R\$ 570,7 milhões em 2018 (US\$ 157,7 milhões). Esta variação é explicada principalmente pelos seguintes fatores:

- Aumento de receita líquida no montante de R\$ 272,3 milhões (US\$ 68,4 milhões) no Complexo Aranzazu pelo aumento da produção após declarar produção comercial em dezembro de 2018;
- Aumento de R\$ 36,8 milhões (US\$ 2,8 milhões) na receita líquida em EPP (Minas brasileiras). O principal motivo do aumento da receita líquida em Reais foi a desvalorização do Real frente ao dólar americano (em 2018, o câmbio observado foi de R\$3,62 por dólar americano, enquanto em 2019 foi de R\$ 3,97).
- Aumento da receita líquida no Complexo San Andres em R\$ 18,5 milhões devido principalmente a desvalorização cambial do Real frente ao dólar americano. Em dólares americanos, houve uma redução de US\$ 2,6 milhões na receita líquida, apesar do aumento do preço do ouro. Tal redução foi motivada por uma redução nas onças produzidas e vendidas no ano de 2019, reflexo da suspensão temporária de atividades no período compreendido entre dezembro 2018 e fevereiro 2019 por força da ocupação ilegal por alguns indivíduos. A suspensão de atividades ocasionou uma diminuição em nossa produção em 2019 quando comparado com 2018. A produção do primeiro e segundo trimestres de 2019 foram impactadas devido ao longo ciclo de produção utilizado no Complexo San Andrés, associado à lixiviação em pilhas – para mais informações sobre o processo em questão, ver Seção 7.3 do Formulário de Referência;

A receita líquida da companhia apresentou evolução ao longo do ano de 2019, atingindo seu pico durante o terceiro e quarto trimestre do ano devido, principalmente, a:

- Aumento gradual da produção no Complexo Aranzazu ao longo do ano de 2019, alcançando índices de produção próximos à plena capacidade a partir do terceiro trimestre;
- Retomada do ritmo de produção no Complexo San Andrés a partir do mês de julho, com aumento gradual da produção após a paralização temporária entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2019
- Aumento do preço do ouro, conforme já comentado, – em 2019 o preço médio realizado por onça de ouro vendida (bruto) pela Companhia foi de US\$ 1.378 por Oz, enquanto que em 2018, o preço médio foi de US\$ 1.293 por Oz. A média de 2019 foi puxada pelos preços observados no segundo semestre.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos em questão contém os valores associados diretamente à produção dos minérios produzidos pela Companhia em seus Complexos de Aranzazu, San Andrés e EPP. Esses custos estão associados a empreiteiros, salários, depreciação e amortização das maquinarias de exploração, entre outros. À medida que a produção é maior, os custos da operação devem aumentar, acompanhando esse aumento de produção. O mesmo efeito deve ocorrer caso a produção diminua.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O custo dos produtos vendidos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 703,7 milhões (US\$ 177,9 milhões), um aumento de 38% em Reais (27% em dólares americanos) em relação ao valor de R\$ 510,6 milhões (US\$ 140,4 milhões) registrado no mesmo período em 2018. Esta variação é explicada principalmente pelo Complexo de Aranzazu, que foi retomando gradualmente a sua operação desde que declarou produção comercial em dezembro de 2018 – esse processo de aumento gradual da produção foi evidenciado trimestre a trimestre em 2019. Com o aumento na produção, consequentemente os custos associados também crescem – por este motivo é possível observar um aumento de custo de R\$ 215,7 milhões (US\$ 54,3 milhões) somente no Complexo Aranzazu no período.

Como percentual da receita líquida, o custo dos produtos vendidos foi reduzido em 11,0 pontos percentuais, passando de 89% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para 78% no mesmo período em 2019 (em Reais) e 10,0 pontos percentuais em termos de dólares americanos, passando de 89% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para 79% no mesmo período em 2019. O ganho de margem sobre o custo dos produtos vendidos no período é decorrente de uma melhora na eficiência operacional da Companhia, associado ao aumento de produção, ganho de escala com a reabertura de minas que se encontravam não operacionais e o aumento do preço médio do ouro.

Lucro Bruto

Como resultado das variações de receita líquida e custo dos produtos vendidos explicados anteriormente, o lucro bruto aumentou em 224,0% em Reais (179% em dólar americano), alcançando R\$ 194,6 milhões (US\$ 48,3 milhões) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, contra R\$ 60,1 milhões (US\$ 17,3 milhões) para o mesmo período em 2018. A margem bruta é a razão entre lucro bruto e receita líquida e avançou 11,0 pontos percentuais, passando de 11,0% (em Reais) no período findo em 31 de dezembro de 2018, para 22,0% em 2019 (em Reais) e 0,0 pontos percentuais, passando de 10,0% para o período findo em 31 de dezembro de 2018 para 21% no mesmo período em 2019 (em dólares americanos)

Conforme abordado nos comentários sobre as variações da receita líquida, o lucro bruto apresentou ao longo do terceiro e quarto trimestre de 2019 um aumento significativo como resultado, principalmente, do aumento gradual da produção no Complexo Aranzazu em 2018, da maior estabilidade da operação do Complexo San Andrés e também da variação positiva do preço médio do ouro.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 46,8 milhões (US\$ 11,9 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 contra R\$ 42,8 milhões (US\$ 11,8 milhões) no exercício social anterior, representando um aumento de 9% em Reais (1% em dólares americanos) nesse período. As principais causas desse aumento foram a entrada em produção no Complexo Aranzazu e a desvalorização do Real frente ao dólar americano de 9%, ao longo do ano de 2019 – em 2018, o câmbio observado foi de R\$3,62 por dólar americano, enquanto em 2019, foi de R\$ 3,97.

Por outro lado, e como consequência do ganho de escala da Companhia, as despesas gerais e administrativas recuaram 3 pontos percentuais como percentual da receita líquida, passando de 8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para 5% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, tanto em Reais como dólares americanos.

Despesas de Tratamento e Manutenção

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As despesas com tratamento e manutenção atingiram R\$ 5,8 milhões (US\$ 1,5 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 contra R\$ 19,1 milhões (US\$ 5,1 milhões) no exercício social anterior, representando uma redução de 70% em Reais (70% em dólares americanos) nesse período.

As principais causas para esta variação ocorreram pela entrada em operação do Complexo Aranzazu em 2018 – como a mina se encontrava em tratamento e manutenção, ao ser reativada, esses custos pararam de existir. Além disso, houve revisão e otimização de gastos no Complexo EPP e no Projeto São Francisco a partir de 2019.

Gastos com Exploração

As atividades em virtude de exploração envolvem a pesquisa de recursos minerais, a determinação da viabilidade técnica e a avaliação da viabilidade comercial de um recurso identificado. Os gastos com exploração, que incluem custos associados à pesquisa e à análise de dados históricos, coleta de dados, perfuração de exploração e amostragem, determinação dos requisitos de infraestruturas e preparação de estudos de viabilidade. Não houve mudanças significativas nessa conta no período de análise.

Reversão de Perda de Valor Recuperável (“*Impairment*”)

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a companhia efetuou a reversão de provisão para perda de valor recuperável (“*impairment*”) no valor de R\$ 204,3 milhões (US\$ 53,7 milhões), relacionado à retomada das operações no Complexo Aranzazu, localizado no México.

Esta revisão significa que, com a retomada da operação, a Companhia tem um valor estimado recuperável para o Complexo Aranzazu, o qual estava nulo uma vez que o ativo se encontrava em tratamento e manutenção, sem geração de caixa.

Ganho na Aquisição de Rio Novo Gold Inc

Em março de 2018 a Companhia concluiu a incorporação da Rio Novo Gold. Operação realizada no exercício social encerrado em 2018 e não tendo impactos no exercício social encerrado em 2019.

A incorporação foi contabilizada como uma compra vantajosa e, como resultado, a Companhia reconheceu um ganho de R\$ 71,3 milhões (US\$ 21,9 milhões) associado à aquisição. Para maiores informações, vide Nota Explicativa 6 das Demonstrações Financeiras Consolidadas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Reversão de ajuste de conversão cambial relacionada (Serrote)

Em março de 2018, a Companhia encerrou a venda do projeto de Serrote por uma contraprestação total de US\$ 40 milhões. A contraprestação agregada compreendeu um pagamento em dinheiro de US\$ 30 milhões recebidos pela Companhia, bem como a entrega pelos compradores de uma nota promissória subordinada no valor principal de US\$ 10 milhões, pagável a partir de 75% do excesso de caixa do projeto após liquidação do Financiamento específico do projeto e requisitos de caixa operacional (contraprestação variável). A nota subordinada não garantida será reconhecida quando, no julgamento da administração, for provável que o pagamento ocorra.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Após a conclusão da transação, a Companhia transferiu os ajustes acumulados em moeda estrangeira relacionados ao Projeto Serrote para a demonstração do resultado (R\$ 51,7 milhões | US\$ 15,9 milhões).

Operação realizada no exercício social encerrado em 2018 e sem impactos no exercício social encerrado em 2019.

Ganho na venda da Mineração Vale Verde Ltda. (Serrote)

A transação, concluída em março de 2018, possuía um valor em livros diferente daquele pelo qual a empresa foi vendida – dado que a Companhia vendeu o ativo por um valor superior àquele registrado. Isso levou que a Companhia reconhecesse um ganho líquido de R\$ 12,8 milhões em sua demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Operação realizada no exercício social encerrado em 2018 e sem impactos no exercício social encerrado em 2019.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras apresentaram aumento de 137% em Reais (117% em dólares americanos) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, alcançando o valor de R\$31,3 milhões (US\$7,8 milhões) no final do exercício, contra uma despesa de R\$ 13,2 milhões (US\$ 3,6 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. As principais razões deste aumento foram: novos empréstimos e financiamentos para reiniciar as atividades no Complexo Aranzazu e para financiar, no Brasil, a abertura de mina de Ernesto no Complexo EPP, além de também terem sido impactadas por ajuste a valor presente associado ao cálculo de provisão de fechamento.

Outras Receitas (Despesas)

Outras despesas alcançaram R\$ 32,7 milhões (US\$ 8,2 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um resultado positivo (receita) de R\$ 4,1 milhões (US\$ 0,9 milhão) no final do exercício de 2018. As principais razões deste aumento em despesas foram: perdas realizadas e não realizadas em 2019 com derivativos de ouro (R\$ 20,5 milhões | US\$ 4,7 milhões) e efeito de variação cambial (R\$ 9,0 milhões / US\$ 2,3 milhões) de Peso mexicano, Real, Lempira hondurenha e dólares canadenses vs. dólar americano nas Demonstrações Financeiras preparadas em dólar americano (moeda funcional da Companhia).

Imposto de renda

A receita (despesa) de imposto de renda alcançou, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, um resultado positivo de R\$ 40,0 milhões (US\$ 9,5 milhões), em comparação com uma despesa de R\$ 18,8 milhões (US\$ 5,4 milhões) para o mesmo período de 2018. A principal causa para o resultado positivo alcançado em 2019 foi o reconhecimento de imposto de renda diferido no valor de R\$ 70,3 milhões (US\$ 17,4 milhões) pela Aranzazu Holding. A razão desta contabilização em 2019 se deve aos lucros auferidos pela unidade de negócio durante o exercício e a expectativa da administração sobre lucros futuros.

Lucro líquido do exercício

O lucro do exercício alcançou R\$ 104,2 milhões (US\$ 24,9 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um lucro do exercício de R\$ 193,0 milhões (US\$ 52,0 milhões) no exercício social encerrado em dezembro de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Essa redução no lucro do exercício se deu pelos motivos acima apresentados. Vale destacar: (i) em 2018, foi observado um ganho não recorrente pela reversão de *impairment*, relacionado à retomada das operações no Complexo Aranzazu; (ii) em 2019, houve melhora na eficiência operacional dos Complexos, associado ao aumento de produção e ganho de escala com a reabertura de minas que se encontravam não operacionais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 – em Reais e em dólares americanos

Balanços Patrimoniais Consolidados (R\$ milhões)

ATIVO	31/12/2021	AV (%) 31/12/2021	31/12/2020	AV (%) 31/12/2020	AH 31/12/2021 x 31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	907,2	27%	612,1	22%	48%
Caixa restrito	5,3	0%	1,8	0%	193%
Impostos a recuperar e outros créditos	236,6	7%	185,8	7%	27%
Estoques	315,6	10%	241,9	9%	30%
Outros ativos circulantes	61,7	2%	88,0	3%	-30%
Total Ativo Circulante	1520,4	46%	1.129,5	41%	35%
Não circulante					
Outros ativos realizáveis a longo prazo	74,4	2%	53,0	2%	40%
Imobilizado	1595,1	48%	1.409,1	51%	13%
Imposto de renda diferido ativo	116,4	4%	194,7	7%	-40%
Total ativo não circulante	1785,9	54%	1.656,9	59%	8%
Total do Ativo	3306,3	100%	2.786,4	100%	19%
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	382,5	12%	378,8	14%	1%
Instrumentos financeiros derivativos	0,0	0%	0,8	0%	-100%
Empréstimos de curto prazo	324,6	10%	148,0	5%	119%
Impostos a pagar	99,0	3%	86,4	3%	15%
Outras obrigações correntes	12,0	0%	13,3	0%	-10%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Total passivo circulante	818,1	25%	627,3	23%	30%
Não circulante					
Empréstimos	557,3	17%	218,0	8%	156%
Passivos financeiros derivativos	15,5	0%	0,0	0%	N/A
Imposto de renda diferido passivo	95,5	3%	56,3	2%	70%
Provisão para fechamento e restauração de minas	231,3	7%	205,0	7%	13%
Outras provisões	66,5	2%	49,6	2%	34%
Outros passivos	2,7	0%	5,2	0%	-49%
Total passivo não circulante	1786,9	54%	534,0	19%	235%
Patrimônio líquido					
Capital social	3466,1	105%	3.211,9	115%	8%
Ágio na subscrição de ações	307,2	9%	290,3	10%	6%
Outros resultados abrangentes	2,1	0%	24,8	1%	-91%
Reserva de hedge	21,5	1%	0,0	0%	N/A
Prejuízos acumulados	-2277,5	-69%	-1.901,9	-68%	20%
Total do patrimônio líquido	1519,4	46%	1.625,1	58%	-7%
Total do passivo e do patrimônio líquido	3306,3	100%	2.786,4	100%	19%

Balanços Patrimoniais Consolidados (US\$ milhões)

ATIVO	31/12/2021	AV (%) 31/12/2021	31/12/2020	AV (%) 31/12/2020	AH 31/12/2021 x 31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	161,5	27%	117,8	7%	37%
Caixa restrito	0,9	0%	0,3	0%	215%
Impostos a recuperar e outros créditos	42,4	7%	35,8	7%	18%
Estoques	56,6	10%	46,5	9%	22%
Outros ativos circulantes	11,1	2%	16,9	5%	-35%
Total Ativo Circulante	272,5	46%	217,4	29%	25%
Não circulante					
Outros ativos realizáveis a longo prazo	13,3	2%	10,2	2%	31%
Imobilizado	285,8	48%	271,2	66%	5%
Imposto de renda diferido ativo	20,9	4%	37,5	3%	-44%
Total ativo não circulante	320,0	54%	318,8	59%	0%
Total do Ativo	592,5	100%	536,2	100%	10%
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	68,5	12%	72,9	14%	-6%
Instrumentos financeiros derivativos	0,0	0%	0,2	0%	-100%
Empréstimos de curto prazo	58,2	10%	28,5	5%	104%
Impostos a pagar	17,7	3%	16,6	3%	7%
Outras obrigações correntes	2,2	0%	2,6	0%	-17%
Total passivo circulante	146,6	25%	120,7	23%	21%
Não circulante					
Empréstimos	99,9	17%	41,9	8%	138%
Passivos financeiros derivativos	2,8	0%	0	0%	N/A
Imposto de renda diferido passivo	17,1	3%	10,8	2%	58%
Provisão para fechamento e restauração de minas	41,5	7%	39,4	7%	5%
Outras provisões	11,9	2%	9,5	2%	26%
Outros passivos	0,5	0%	1	0%	-52%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Total passivo não circulante	173,6	29%	102,8	19%	69%
Patrimônio líquido					
Capital social	621,1	105%	618,1	115%	0%
Ágio na subscrição de ações	55,0	9%	55,9	10%	-2%
Outros resultados abrangentes	0,4	0%	4,8	1%	-92%
Reserva de hedge	3,9	1%	0	0%	N/A
Prejuízos acumulados	-408,1	-69%	-366	-68%	12%
Total do patrimônio líquido	272,3	46%	312,7	58%	-13%
	0				
Total do passivo e do patrimônio líquido	592,5	100%	536,2	100%	10%

Análises das variações – 31 de dezembro de 2021 x 31 de dezembro de 2020

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

O valor em caixa e equivalentes em caixa alcançou R\$ 907,2 milhões (US\$ 161,5 milhões) em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 48% em Reais (37% em dólares americanos) em relação a 31 de dezembro de 2020, quando encerrou em R\$ 612,1 milhões (US\$ 117,8 milhões). As principais fontes do caixa ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram a emissão de debêntures pela subsidiária Almas e caixa gerado pelas atividades operacionais, enquanto os principais usos foram aquisição de ativo imobilizado, pagamento de dividendos e pagamento de empréstimos de curto prazo.

Impostos a recuperar e outros créditos

A Companhia possuía R\$ 236,6 milhões (US\$ 42,4 milhões) em impostos sobre o valor adicionado e outros créditos em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 27% em Reais (aumento de 18% em dólares americanos) em relação a 31 de dezembro de 2020, quando encerrou em R\$ 185,8 milhões (US\$ 35,8 milhões).

Estoques

Em 31 de dezembro de 2021, os Estoques da Companhia eram de R\$ 315,6 milhões (US\$ 56,6 milhões), um acréscimo de 30% em Reais (22% em dólares americanos) em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 241,9 milhões (US\$ 46,5 milhões). Um maior volume de estoque de minério não processado na operação de EPP, no Brasil, foi o principal fator para o aumento do indicador.

Em relação ao total do ativo, estoques representavam 10% em 31 de dezembro de 2021, frente a 9% em 31 de dezembro de 2020, tanto em Reais quanto dólares americanos.

Outros ativos circulantes

Em 31 de dezembro de 2021, os outros ativos circulantes da Companhia eram de R\$ 61,7 milhões (US\$ 11,1 milhões), uma redução de 30% em Reais (redução de 35% em dólares americanos) em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 88,0 milhões (US\$ 16,9 milhões). O principal motivo da redução do saldo foi o efeito em 2020 do reconhecimento contábil do valor justo da opção de dívida da Pandion.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo não circulante

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo imobilizado da Companhia era de R\$ 1.595,1 milhões (US\$ 285,8 milhões), um acréscimo de 13% em Reais (5% em dólares americanos) em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 1.409,1 milhões (US\$ 272,2 milhões). O principal motivo do aumento do saldo em Reais foi a desvalorização do Real frente ao dólar americano no período (resultado da conversão para moeda estrangeira). Em relação ao total do ativo, o ativo imobilizado representava 48% em 31 de dezembro de 2021, tanto em Reais quanto dólares americanos, frente a 51% em Reais e 66% em dólares americanos, em 31 de dezembro de 2020..

Imposto de renda diferido ativo

A Companhia possuía R\$ 116,4 milhões (US\$ 20,9 milhões) em ativo fiscal diferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era R\$ 194,7 milhões (US\$ 37,5 milhões).

Passivo circulante

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de fornecedores e outras contas a pagar era de R\$ 382,5 milhões (US\$ 68,5 milhões), em linha quando comparado aos R\$ 378,8 milhões (US\$ 72,9 milhões) registrados em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, fornecedores e outras contas a pagar representavam 12% em 31 de dezembro de 2021, frente a 14% em 31 de dezembro de 2020, tanto em Reais quanto dólares americanos.

Empréstimos de Curto Prazo

Em 30 de junho de 2021, o saldo de empréstimos de curto prazo era de R\$ 324,6 milhões (US\$ 58,2 milhões), um aumento de 119% em Reais (104% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 148,0 milhões (US\$ 28,5 milhões) registrados em 31 de dezembro de 2020. Os principais motivos do aumento foram a desvalorização do Real frente ao dólar americano no período, uma vez que parcela majoritária dos empréstimos da Companhia são contratos em dólares americanos, e a reclassificação de longo para curto prazo de parte dos saldos em aberto.

Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, empréstimos e financiamentos de curto prazo representavam 10% em 31 de dezembro de 2021, frente a 5% em 31 de dezembro de 2020, tanto em Reais quanto dólares americanos.

Passivo não circulante

Empréstimos de Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de empréstimos de longo prazo era de R\$ 557,3 milhões (US\$ 99,9 milhões), um aumento de 156% em Reais (138% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 218,0 milhões (US\$ 41,9 milhões) registrados em 31 de dezembro de 2020. Os principais motivos do aumento foram a emissão das debêntures pela subsidiária Almas no valor total de R\$ 400 milhões (aproximadamente US\$ 77,7 milhões) e a desvalorização do Real frente ao dólar americano no período, uma vez que parcela majoritária dos empréstimos da Companhia são contratos em dólares americanos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, empréstimos e financiamentos de longo prazo representavam 17% em 31 de dezembro de 2021, frente a 8% em 31 de dezembro de 2020, tanto em Reais quanto dólares americanos.

Imposto de renda diferido passivo

Em 31 de dezembro de 2021, o imposto de renda diferido passivo era de R\$ 95,5 milhões (US\$ 17,1 milhões), um aumento de 70% em Reais (58% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 56,3 milhões (US\$ 10,8 milhões) provisionados em 31 de dezembro de 2020.

Provisão para fechamento e restauração de minas

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para fechamento e restauração de minas era de R\$ 231,3 milhões (US\$ 41,5 milhões), um aumento de 13% em Reais (5% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 205,0 milhões (US\$ 39,4 milhões) provisionados em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, provisões para fechamento e restauração de minas representavam 7% em 31 de dezembro de 2021, frente aos mesmos 7% em 31 de dezembro de 2020, tanto em Reais quanto dólares americanos.

Outras provisões

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de outras provisões era de R\$ 66,5 milhões (US\$ 11,9 milhões), um aumento de 34% em Reais (26% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 49,6 milhões (US\$ 9,5 milhões) provisionados em 31 de dezembro de 2020.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido era de R\$ 1.519,4 milhões (US\$ 592,5 milhões), uma redução de 7% em Reais (redução de 13% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 1.625,1 milhões (US\$ 312,7 milhões) registrados em 31 de dezembro de 2020. Esta variação ocorreu principalmente em decorrência do pagamentos de dividendos efetivados durante o exercício, no valor de R\$ 461,0 milhões (US\$ 85,6 milhões).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Consolidadas em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 – em Reais e em dólares americanos

Balanços Patrimoniais Consolidados (R\$ milhões)

ATIVO	31/12 /2020	AV (%) 2020	31/12 /2019	AV (%) 2019	31/12 /2018	AV (%) 2018	Análise Horizontal 2020 x 2019	Análise Horizontal 2019 x 2018
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	612,1	22%	156,7	11%	40,7	3%	291%	285%
Caixa restrito	1,8	0%	0,9	0%	0	0%	100%	0%
Aplicações financeiras	0,0	0%	0	0%	39,3	3%	0%	-100%
Impostos a recuperar e outros créditos	185,8	7%	126,8	9%	94,5	8%	47%	34%
Estoques	241,9	9%	135,2	10%	133,5	11%	79%	1%
Ativos destinados à venda	-		-	0%	-	0%	-	-
Outros ativos circulantes	88,0	3%	24,7	2%	21,8	2%	256%	13%
Total Ativo Circulante	1.129,6	41%	444,4	31%	329,8	28%	154%	35%
0								
Não circulante								
Ativo realizável a longo prazo	53,0	2%	39,3	3%	42,6	4%	35%	-8%
Imobilizado	1.409,1	51%	856,5	61%	795,1	68%	65%	8%
Imposto de renda diferido ativo	194,7	7%	72,6	5%	-	0%	168%	-
Total ativo não circulante	1.656,8	59%	968,4	69%	837,7	72%	71%	16%
0								
Total do Ativo	2.786,4	100%	1.412,80	100%	1.167,50	100%	97%	21%
0								
PASSIVO								
Circulante								
Fornecedores e outras contas a pagar	378,8	14%	229,7	16%	195,3	17%	65%	18%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Instrumentos financeiros derivativos	0,8	0%	0,9	0%	3,5	0%	-11%	-74%
Empréstimos de curto prazo	148,0	5%	89,1	6%	46,5	4%	66%	92%
Impostos a pagar	86,4	3%	24,8	2%	8	1%	248%	210%
Outras obrigações correntes	13,3	0%	7,9	1%	5,2	0%	68%	52%
Total passivo circulante	627,3	23%	352,4	25%	258,5	22%	78%	36%
		0						
Não circulante		0						
Empréstimos	218,0	8%	84	6%	72,1	6%	160%	17%
Passivos financeiros derivativos	0,0	0%						
Imposto de renda diferido passivo	56,3	2%	33,5	2%	33,1	3%	68%	1%
Provisão para fechamento e restauração de minas	205,0	7%	121,5	9%	99,6	9%	69%	22%
Outras provisões	49,6	2%	30,6	2%	25,4	2%	62%	20%
Outros passivos	5,2	0%	2,3	0%	2,9	0%	126%	-21%
Total passivo não circulante	534,0	19%	271,9	19%	233,1	20%	96%	17%
		0						
Patrimônio líquido		0						
Capital social	3.211,9	115%	2.294,60	162%	2.205,00	189%	40%	4%
Ágio na subscrição de ações	290,3	10%	223,4	16%	214,1	18%	30%	4%
Outros resultados abrangentes	24,8	1%	21,7	2%	24,9	2%	14%	-13%
Reserva de hedge	-		-		-		-	-
Prejuízos acumulados	-1.901,9	-68%	-1.751,20	-124%	-1.768,10	-151%	9%	-1%
Total do patrimônio líquido	1.625,1	58%	788,5	56%	675,9	58%	106%	17%
		0						
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.786,4	100%	1.412,80	100%	1.167,50	100%	97%	21%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanços Patrimoniais Consolidados (US\$ milhões)

ATIVO	31/12	AV (%)	31/12	AV (%)	31/12	AV (%)	Análise	
	/2020	2020	/2019	2019	/2018	2018	Horizont al 2020 x 2019	Horizont al 2019 x 2018
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	117,8	22%	38,9	11%	10,5	3%	203%	270%
Caixa restrito	0,3	0%	0,2	0%	—	0%	50%	-
Aplicações financeiras	0	0%	—	0%	10,1	3%	-	-
Impostos a recuperar e outros créditos	35,8	7%	31,5	9%	24,4	8%	14%	29%
Estoques	46,5	9%	33,5	10%	34,5	11%	39%	-3%
Ativos destinados à venda	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros ativos circulantes	16,9	3%	6,1	2%	5,6	2%	177%	9%
Total Ativo Circulante	217,3	41%	110,2	31%	85,1	28%	97%	29%
Não circulante								
Ativo realizável a longo prazo	10,2	2%	9,8	3%	11	4%	4%	-11%
Imobilizado	271,2	51%	212,5	61%	205,2	68%	28%	4%
Imposto de renda diferido ativo	37,5	7%	18	5%	—	0%	108%	-
Total ativo não circulante	318,8	59%	240,3	69%	216,2	72%	33%	11%
Total do Ativo	536,2	100%	350,5	100%	301,3	100%	53%	16%
PASSIVO								
Circulante								
Fornecedores e outras contas a pagar	72,9	14%	57	16%	50,4	17%	28%	13%
Instrumentos financeiros derivativos	0,2	0%	0,2	0%	0,9	0%	0%	-78%
Empréstimos de curto prazo	28,5	5%	22,1	6%	12	4%	29%	84%
Impostos a pagar	16,6	3%	6,2	2%	2,1	1%	168%	195%
Outras obrigações correntes	2,6	0%	1,9	1%	1,3	0%	37%	46%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Total passivo circulante	120,7	23%	87,4	25%	66,7	22%	38%	31%
Não circulante								
Empréstimos	41,9	8%	20,9	6%	18,6	6%	100%	12%
Passivos financeiros derivativos	0	0%	0	0%	0	0%	-	-
Imposto de renda diferido passivo	10,8	2%	8,3	2%	8,5	3%	30%	-2%
Provisão para fechamento e restauração de minas	39,4	7%	30,1	9%	25,7	9%	31%	17%
Outras provisões	9,5	2%	7,6	2%	6,6	2%	25%	15%
Outros passivos	1,0	0%	0,6	0%	0,7	0%	67%	-14%
Total passivo não circulante	102,8	19%	67,5	19%	60,1	20%	52%	12%
Patrimônio líquido								
Capital social	618,1	115%	569,3	162%	569,1	189%	9%	0%
Ágio na subscrição de ações	55,9	10%	55,4	16%	55,3	18%	1%	0%
Outros resultados abrangentes	4,8	1%	5,4	2%	6,4	2%	-11%	-16%
Reserva de hedge	0,0	0%						
Prejuízos acumulados	-366,0	-68%	-434,5	-124%	-456,3	-151%	-16%	-5%
Total do patrimônio líquido	312,7	58%	195,6	56%	174,4	58%	60%	12%
Total do passivo e do patrimônio líquido	536,2	100%	350,5	100%	301,3	100%	53%	16%

Análises das variações – 31 de dezembro de 2020 x 31 de dezembro de 2019

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

O valor em caixa e equivalentes em caixa alcançou R\$ 612,1 milhões (US\$ 117,8 milhões) em 31 de dezembro de 2020, um aumento de 291% em Reais (redução de 203% em dólares americanos) em relação a 31 de dezembro de 2019, quando encerrou em R\$ 156,7 milhões (US\$ 38,9 milhões). As principais fontes do caixa ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram a captação primária por meio de oferta pública primária e secundária inicial com esforços restritos de colocação de recibos de depósito brasileiros (“BDR”), e caixa gerado pelas atividades operacionais, enquanto os principais usos foram aquisição de ativo imobilizado, pagamento de dividendos e pagamento de empréstimos de curto prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Impostos a recuperar e outros créditos

A Companhia possuía R\$ 185,0 milhões (US\$ 35,8 milhões) em impostos sobre o valor adicionado e outros créditos em 31 de dezembro de 2020, um aumento de 47% em Reais (aumento de 14% em dólares americanos) em relação a 31 de dezembro de 2019, quando encerrou em R\$ 185,8 milhões (US\$ 35,8 milhões).

Estoques

Em 31 de dezembro de 2020, os Estoques da Companhia eram de R\$ 241,9 milhões (US\$ 46,5 milhões), um acréscimo de 79% em Reais (39% em dólares americanos) em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 135,2 milhões (US\$ 33,5 milhões). Devido a desvalorização do Real em relação dólar americano no período, o maior volume de produtos acabados e em processo e a aquisição de Gold Road, com a inclusão do balanço de estoques da nova subsidiária.

Em relação ao total do ativo, estoques representavam 9% em 31 de dezembro de 2021, frente a 10% em 31 de dezembro de 2019, tanto em Reais quanto dólares americanos.

Outros ativos circulantes

Em 31 de dezembro de 2020, os outros ativos circulantes da Companhia eram de R\$ 88,0 milhões (US\$ 16,9 milhões), um acréscimo de 256% em Reais (176% em dólares americanos) em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 24,7 milhões (US\$ 6,1 milhões). O principal motivo do aumento do saldo foram: (i) o reconhecimento contábil do valor justo da opção de dívida da Pandion; (ii) despesas capitalizadas de IPO, relacionadas à oferta pública inicial de ações; e (iii) aumento do saldo de despesas antecipadas.

Ativo não circulante

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo imobilizado da Companhia era de R\$ 1.409,1 milhões (US\$ 271,2 milhões), um acréscimo de 65% em Reais (28% em dólares americanos) em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 856,5 milhões (US\$ 212,5 milhões). Os principais motivos do aumento do saldo em Reais foram a desvalorização do Real frente ao dólar americano no período (resultado da conversão para moeda estrangeira) e a aquisição do Projeto Gold Road. Em relação ao total do ativo, o ativo imobilizado representava 51% em 31 de dezembro de 2020, frente a 61% em 31 de dezembro de 2019, tanto em Reais quanto dólares americanos.

Imposto de renda diferido ativo

A Companhia possuía R\$ 194,7 milhões (US\$ 37,5 milhões) em ativo fiscal diferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o valor era R\$ 72,6 milhões (US\$ 18,0 milhões).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo circulante

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de fornecedores e outras contas a pagar era de R\$ 378,8 milhões (US\$ 72,9 milhões), um aumento de 65% em Reais (28% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 229,7 milhões (US\$ 57,0 milhões) registrados em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, fornecedores e outras contas a pagar representavam 14% em 31 de dezembro de 2020, frente a 16% em 31 de dezembro de 2019, tanto em Reais quanto dólares americanos.

Empréstimos de Curto Prazo

Em 30 de junho de 2020, o saldo de empréstimos de curto prazo era de R\$ 148,0 milhões (US\$ 28,5 milhões), um aumento de 66% em Reais (29% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 89,1 milhões (US\$ 22,1 milhões) registrados em 31 de dezembro de 2019. Os principais motivos do aumento foram empréstimo relativo à aquisição de Gold Road e a desvalorização do Real frente ao dólar americano no período, uma vez que parcela majoritária dos empréstimos da Companhia são contratos em dólares americanos, e a reclassificação de longo para curto prazo de parte dos saldos em aberto.

Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, empréstimos e financiamentos de curto prazo representavam 5% em 31 de dezembro de 2020, frente a 6% em 31 de dezembro de 2019, tanto em Reais quanto dólares americanos.

Passivo não circulante

Empréstimos de Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de empréstimos de longo prazo era de R\$ 218,0 milhões (US\$ 41,9 milhões), um aumento de 159% em Reais (101% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 84,0 milhões (US\$ 20,9 milhões) registrados em 31 de dezembro de 2019. Os principais motivos do aumento foram a aquisição do Projeto Gold Road em 27 de março de 2020, onde a Companhia assumiu uma dívida contabilizada pelo valor de R\$ 128,8 milhões (US\$ 25,2 milhões) e a desvalorização do Real frente ao dólar americano no período, uma vez que parcela majoritária dos empréstimos da Companhia são contratos em dólares americanos.

Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, empréstimos e financiamentos de longo prazo representavam 8% em 31 de dezembro de 2020, frente a 6% em 31 de dezembro de 2019, tanto em Reais quanto dólares americanos.

Imposto de renda diferido passivo

Em 31 de dezembro de 2020, o imposto de renda diferido passivo era de R\$ 56,3 milhões (US\$ 10,8 milhões), um aumento de 68% em Reais (31% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 33,5 milhões (US\$ 8,3 milhões) provisionados em 31 de dezembro de 2019.

Provisão para fechamento e restauração de minas

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para fechamento e restauração de minas era de R\$ 205,0 milhões (US\$ 39,4 milhões), um aumento de 69% em Reais (31% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 121,5 milhões (US\$ 30,1 milhões) provisionados em 31 de dezembro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Aumento se deve principalmente à compensação de três itens: 1) uma diminuição nas mudanças nas estimativas de recuperação e custos de restauração na mina de Aranzazu devido a informações novas e atualizadas e 2) um aumento nas estimativas de recuperação e custos de restauração em Honduras; e 3) devido a mudanças nas taxas de desconto e taxas de inflação em todas as minas.

Outras provisões

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de outras provisões era de R\$ 49,6 milhões (US\$ 9,5 milhões), um aumento de 69% em Reais (26% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 30,6 milhões (US\$ 7,6 milhões) provisionados em 31 de dezembro de 2019. Esta variação se deve principalmente em decorrência da desvalorização do Real frente ao dólar americano e a atualização do saldo de provisões trabalhistas.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$ 1.625,1 milhões (US\$ 312,7 milhões), um aumento de 106% em Reais (aumento de 60% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 788,5 milhões (US\$ 195,6 milhões) registrados em 31 de dezembro de 2019. Esta variação em Reais ocorreu principalmente em decorrência do aumento do capital social em função da a oferta pública primária e secundária com esforços restritos de colocação de certificados de depósito brasileiros - BDR, com cada BDR representando uma ação da Aura.

Análises das variações - 2019 x 2018

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

O valor em caixa e equivalentes em caixa alcançou R\$ 156,7 milhões (US\$ 38,9 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 285% em Reais (270% em dólares americanos) em relação ao mesmo período em 2018, quando encerrou em R\$ 40,7 milhões (US\$ 10,5 milhões). As principais fontes de caixa ao longo de 2019 foram a geração operacional e a contratação de empréstimos e financiamentos juntos a instituições financeiras.

Aplicações Financeiras

A Companhia encerrou o exercício social de 2019 sem saldo de aplicações financeiras. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía R\$ 39,3 milhões (US\$ 10,1 milhões) na mesma rubrica, com vencimento em prazo superior a 3 meses. O saldo de aplicações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2018 foi transferido para a conta caixa e equivalentes em caixa ao longo do exercício social de 2019.

Impostos a recuperar e outros créditos

A Companhia possuía R\$ 126,8 milhões (US\$ 31,5 milhões) em impostos sobre o valor adicionado e outros créditos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 34% em Reais (29% em dólares americanos) em relação ao mesmo período em 2018, quando encerrou em R\$ 94,5 milhões (US\$ 24,4 milhões). O aumento do saldo no período deve-se principalmente ao aumento do contas a receber no Complexo Aranzazu em 31 de dezembro de 2019, em comparação a mesma data do ano anterior, e em impostos a recuperar nas diferentes jurisdições onde a companhia atua. Ao longo do exercício de 2019, a Companhia recuperou impostos sobre valor adicionado nas três jurisdições onde possui operação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo não circulante

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo imobilizado da Companhia era de R\$ 856,5 milhões (US\$ 212,5 milhões), um acréscimo de 8% em Reais (4% em dólares americanos) em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 795,1 milhões (US\$ 205,2 milhões). O principal motivo do aumento do saldo foram adições ao ativo imobilizado, sobretudo investimentos realizados no Complexo Aranzazu durante o exercício de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo imobilizado representava 61% em 31 de dezembro de 2019, frente a 68% em 31 de dezembro de 2018, tanto em Reais quanto dólares americanos.

Imposto de renda diferido ativo

A Companhia possuía R\$ 72,6 milhões (US\$ 18,0 milhões) em ativo fiscal diferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. No exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2018, o valor era nulo. O aumento deve-se a reversão de *impairment* fiscal no Complexo Aranzazu, como resultado de lucros auferidos no exercício de 2019 e expectativa da administração da Companhia para lucros nos exercícios seguintes.

Passivo circulante

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de fornecedores e outras contas a pagar era de R\$ 229,7 milhões (US\$ 57,0 milhões), um aumento de 18% em Reais (13% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 195,3 milhões (US\$ 50,4 milhões) registrados em 31 de dezembro de 2018. Os principais motivos do aumento foram a retomada gradual da produção das atividades no Complexo Aranzazu, com consequente acréscimo do volume de compras, e alongamento no prazo de pagamento de fornecedores no Complexo EPP. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, fornecedores e outras contas a pagar representavam 16% em 31 de dezembro de 2019 e 17% em 31 de dezembro de 2018, tanto em Reais quanto dólares americanos.

Empréstimos e Financiamentos – Curto Prazo

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo era de R\$ 89,1 milhões (US\$ 22,1 milhões), um aumento de 92% em Reais (84% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 46,5 milhões (US\$ 12,0 milhões) registrados em 31 de dezembro de 2018. O principal motivo do aumento foram empréstimos e financiamento obtidos pelo Complexo EPP para a abertura da mina Ernesto, além de reclassificação de parte da dívida, principalmente do Complexo Aranzazu, de longo para curto prazo durante o exercício de 2019.

Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, empréstimos e financiamentos de curto prazo representavam 6% em 31 de dezembro de 2019 e 4% em 31 de dezembro de 2018, tanto em Reais quanto dólares americanos.

Em janeiro de 2020, a Apoena e o Banco Santander Brasil chegaram a um acordo para refinanciar um contrato de empréstimo no valor de US\$ 4,5 milhões (R\$ 19,2 milhões). O empréstimo possui uma taxa de juros anual de 7,18%, com vencimento em janeiro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de renda corrente passivo

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de imposto de renda a pagar era de R\$ 24,8 milhões (US\$ 6,2 milhões), um aumento de 210% em Reais (195% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 8,0 milhões (US\$ 2,1 milhões) registrados em 31 de dezembro de 2018. O principal motivo do aumento foi o resultado fiscal apurado no quarto trimestre de 2019 pela empresa Minerals de Occidente, proprietária do Complexo San Andrés, em Honduras.

Passivo não circulante

Provisão para fechamento e restauração de minas

Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para fechamento e restauração de minas era de R\$ 121,5 milhões (US\$ 30,1 milhões), um aumento de 22% em Reais (17% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 99,6 milhões (US\$ 25,7 milhões) provisionados em 31 de dezembro de 2018. Esta variação ocorreu fundamentalmente em decorrência da adição de provisão durante o exercício de 2019 e ajustes em estimativas.

A mudança na estimativa durante 2019 ocorreu devido à revisão das taxas de desconto e de inflação em todas as jurisdições.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$ 788,5 milhões (US\$ 195,6 milhões), em comparação com R\$ 675,9 milhões (US\$ 174,5 milhões) em 31 de dezembro de 2018. Esta variação de R\$ 112,6 milhões (US\$ 21,1 milhões) ocorreu principalmente em decorrência da variação cambial entre os anos subsequentes em questão. Em relação à variação de US\$ 21,8 milhões, esta é justificada pelo incremento nos lucros acumulados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 – a variação nos lucros acumulados entre o período em questão foi de US\$ 21,1 milhões. O câmbio adotado foi de R\$ 4,03 / US\$ em 31 de dezembro de 2019 e de R\$ 3,87 / US\$ em 31 de dezembro de 2018.

FLUXO DE CAIXA

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2021	31/12/2020	AH
	<i>Em R\$ milhões</i>		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	713,0	492,3	45%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-421,7	-264,7	59%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-55,6	219,3	-125%
Aumento (redução) de caixa e equivalente a caixa	235,8	455,4	-48%
Variação cambial de caixa e equivalentes em caixa	55,4	8,5	551%
Caixa e equivalente a caixa no início do exercício	612,1	156,7	291%
Caixa e equivalente a caixa no final do exercício	901,2	612,1	47%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2021	31/12/2020	AH
	<i>Em US\$ milhões</i>		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	131,2	90,4	45%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-78,2	-51,1	53%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-8,6	41,3	-121%
Aumento (redução) de caixa e equivalente a caixa	44,4	80,6	-45%
Variação cambial de caixa e equivalentes em caixa	-0,7	-1,7	-60%
Caixa e equivalente a caixa no início do exercício	117,8	38,9	203%
Caixa e equivalente a caixa no final do exercício	161,5	117,8	37%

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

O fluxo de caixa proveniente de atividades operacionais aumentou 45% em Reais (45% em dólares americanos) entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 em comparação com o mesmo período de 2020, passando de R\$ 492,3 milhões (US\$ 90,4 milhões) em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 713,0 milhões (US\$ 131,2 milhões) em 31 de dezembro de 2021. O principal motivo para essa variação foi o aumento do resultado operacional no período.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos totalizou R\$ 421,7 milhões (US\$ 78,2 milhões) no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado com R\$ 264,7 milhões (US\$ 51,1 milhões) no período findo em 31 de dezembro de 2020. Os principais motivos para o uso do caixa no período foram os desenvolvimentos das minas de Ernesto, no Complexo de EPP e Gold Road, além da construção de novo pátio de lixiviação em San Andres.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos

A saída de caixa proveniente das atividades de financiamentos totalizou R\$ 55,6 milhões (US\$ 8,6 milhões) no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado com uma entrada de caixa de R\$ 219,3 milhões (US\$ 41,3 milhões) no mesmo período de 2020. Essa movimentação observada no período encerrado em 31 de dezembro teve como principal origem o pagamentos dos dividendos aos acionistas da Companhia, amortizações de financiamentos, e a emissão de debêntures da subsidiária Almas.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020	2019	AH
	<i>Em R\$ milhões⁽¹⁾</i>		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	492,3	144,8	240%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-264,7	-63,6	316%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	219,3	30,9	610%
Variação cambial de caixa e equivalentes em caixa	455,4	116	293%
Aumento (redução) de caixa e equivalente a caixa	8,5	3,9	118%
Caixa e equivalente a caixa no início do exercício	156,7	40,7	285%
Caixa e equivalente a caixa no final do exercício	612,1	156,7	291%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020	2019	AH
<i>Em US\$ milhões</i>			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	90,4	36,1	150%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-51,1	-15,4	232%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	41,3	7,9	423%
Variação cambial de caixa e equivalentes em caixa	80,6	-0,2	-40400%
Aumento (redução) de caixa e equivalente a caixa	-1,7	28,6	-106%
Caixa e equivalente a caixa no início do exercício	38,9	10,5	270%
Caixa e equivalente a caixa no final do exercício	117,8	38,9	203%

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

O fluxo de caixa proveniente de atividades operacionais aumentou 240% em Reais (150% em dólares americanos) entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 em comparação com o mesmo período de 2019, passando de R\$ 144,8 milhões (US\$ 36,1 milhões) em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 492,3 milhões (US\$ 90,4 milhões) em 31 de dezembro de 2020. O principal motivo para essa variação foi o aumento do resultado operacional no período.

Caixa líquido utilizado nas das atividades de investimento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos totalizou R\$ 264,7 milhões (US\$ 63,6 milhões) no período de encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado com R\$ 63,6 milhões (US\$ 15,4 milhões) no período findo em 31 de dezembro de 2019. Os principais motivos para o uso do caixa no período encerrado em 31 de junho foram os desenvolvimentos das minas de Ernesto, no Complexo de EPP e Gold Road.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos

A saída de caixa proveniente das atividades de financiamentos totalizou R\$ 219,3 milhões (US\$ 41,3 milhões) no período encerrado em 31 de dezembro, comparado com uma entrada de caixa de R\$ 30,9 milhões (US\$ 7,9 milhão) no mesmo período de 2019. Essa movimentação observada no período encerrado em 31 de dezembro teve como principal origem o IPO dos BDRs da Companhia no mercado brasileiro.

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

Mesmo com aumento gradual da produção nos Complexos de San Andrés e Aranzazu atingindo sua capacidade máxima apenas no segundo semestre de 2019, o fluxo de caixa proveniente de atividades operacionais aumentou 268% em Reais (219% em dólares americanos) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 em comparação com o mesmo período de 2018, passando de R\$ 39,4 milhões (US\$ 11,3 milhões) em 2018 para R\$ 144,8 milhões (US\$ 36,1 milhões) em 2019. Os principais motivos para essa variação foram um desempenho operacional mais forte, principalmente devido a: (i) início e aumento gradual da produção do Complexo Aranzazu; (ii) aumento do preço do ouro - em 2019 o preço médio bruto do ouro realizado pela Companhia foi de US\$ 1.378 por onça, enquanto que em 2018, o preço foi de US\$ 1.293 por onça.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Caixa líquido utilizado nas das atividades de investimento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos totalizou R\$ 63,6 milhões (US\$ 15,4 milhões) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado com R\$ 55,1 milhões (US\$ 10,6 milhões) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Os principais motivos para o uso do caixa em 2019 foram: (i) Aquisição de imobilizado no valor de R\$ 103,5 milhões (US\$ 25,8 milhões) (ii) resgate de aplicação de R\$ 39,0 milhões (US\$ 10,1 milhões) em investimentos de curto prazo, que saíram do caixa e equivalentes da companhia em 2018 e retornaram em 2019.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos

A entrada de caixa proveniente das atividades de financiamentos totalizou R\$ 30,9 milhões (US\$ 7,9 milhões) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado com uma saída de caixa de R\$ 3,0 milhões (US\$ 1,9 milhões) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. A menor amortização de empréstimos foi o principal motivo desta diferença: no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foram amortizados R\$ 34,0 milhões (US\$ 8,7 milhões) de empréstimos de curto prazo, enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram amortizados R\$ 66,7 milhões (US\$ 19,0 milhões) em empréstimos de curto prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia é uma empresa de ouro e cobre que atua no continente americano, assim, seus resultados financeiros estão diretamente correlacionados com o preço do ouro e cobre, os quais podem variar amplamente e sem previsibilidade. Estes preços são afetados por inúmeros fatores macro e microeconômicos, políticos, sociais, ambientais, monetários, bélicos, entre outros. Desde a crise financeira que afetou os mercados globais em 2008, os bancos centrais vêm aumentando sua demanda, como forma de se proteger contra potenciais crises econômicas.

Da mesma forma e, de acordo com o World Gold Council, as variáveis que determinam seu preço podem ser agrupadas em quatro categorias: (i) expansão econômica e da riqueza, (ii) riscos e incertezas no mercado, (iii) custo de oportunidade; e (iv) pressões de curto prazo.

- (i) Expansão econômica e da riqueza: Como um produto de consumo e veículo de poupança de longo prazo, a demanda por ouro tem historicamente apresentado uma correlação positiva com o crescimento econômico. Aumentos na renda tendem a gerar maior demanda por jóias, além de impactar positivamente a produção de eletrônicos e de produtos de alta tecnologia. Como porto seguro, sua demanda tem sido altamente correlacionada com períodos de risco acentuado.
- (ii) Riscos e incertezas no mercado: O preço do ouro é afetado significativamente por fatores macroeconômicos, como expectativas de inflação, nível das taxas de juros, força relativa das moedas, mudanças na política de reservas dos bancos centrais, turbulências políticas globais ou regionais e o humor geral dos investidores. Em momentos de inflação alta e desvalorização da moeda, o ouro é normalmente visto como um refúgio, o que aumenta sua pressão compradora e impacta seu preço de mercado.
- (iii) Custo de oportunidade: O preço do ouro aumentou na comparação anual de 2000 a 2011, quando alcançou a máxima do período de US\$ 1.900/onça. Subsequentemente, os preços se deterioraram entre 2012 e 2015, até se recuperarem para o segundo semestre de 2019 até atingirem a máxima histórica de US\$ 2.067/onça. Essas oscilações foram causadas por diversos fatores macroeconômicos e mudanças no custo de oportunidade de manter ouro como investimento. Como exemplo, o ouro enfrentou dificuldades na maior parte de 2018 à medida que o dólar americano se fortalecia, o Federal Reserve Bank (banco central dos Estados Unidos) continuava a aumentar os juros de maneira consistente e a economia norte-americana era estimulada por cortes de impostos promovidos pelo governo. Esses fatores melhoraram o humor dos investidores, o que elevou o preço das ações no mercado norte-americano e, por sua vez, pressionou negativamente o preço do ouro. O gráfico abaixo ilustra essas oscilações.
- (iv) Pressões de curto prazo: Fluxos de capital podem exercer pressão sobre os preços de ouro quando investidores realizam realocações táticas ou reposicionam o portfólio.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

No gráfico abaixo é possível observar a variação do preço do ouro desde 2000.

Preço histórico do ouro no mercado à vista (US\$/onça)



Fonte: Bloomberg, em 31 de março de 2022.

Por outro lado, o cobre é uma *commodity* negociada em bolsa internacionalmente, e seu preço é determinado pela dinâmica entre oferta e demanda globais.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Preço histórico do cobre no mercado à vista (US\$/ libra)



Fonte: Bloomberg, em 31 de março de 2022.

Da mesma forma que o preço dos minerais tem um efeito direto sobre a receita da Companhia, outro fator fundamental é o volume de produção. No ano de 2021, a companhia produziu 160.151 Oz de ouro e 167.063 toneladas de concentrado de cobre, que é composto por diversos metais e que geram receitas principalmente de cobre e ouro.

Complexo Aranzazu:

O Complexo Aranzazu produz um concentrado que contém diversos metais, com destaque para cobre e ouro.

Ao longo do ano de 2021, Aranzazu produziu 107.249 onças de ouro equivalente, crescimento de 64% comparado a 2020.

Complexo San Andrés

O Complexo de San Andrés produz ouro com uma pequena concentração de prata como subproduto. Em 2021, atingiu uma produção de 88.410 Oz de ouro, aumento de 45% em relação ao ano anterior, apesar dos impactos da paralisação de atividades em 8 de junho de 2021, devido a bloqueios ilegais na área da mina.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Complexo de EPP

O Complexo de EPP produz ouro com uma pequena concentração de prata como subproduto, tendo atingido uma produção de 61.360 Oz de ouro em 2021, redução de 8% comparado a 2020.

Por último, outro fator que afeta diretamente a receita da companhia é o preço do dólar americano. Como o preço das commodities são usualmente cotados nessa moeda, a taxa de câmbio acaba se tornando um fator fundamental para a consolidação de resultados em Reais, uma vez que a Companhia reporta seus resultados em dólares americanos, sua moeda funcional.

Gold Road

Após sua aquisição em 31 de março de 2020, Gold Road declarou produção comercial em 1 de dezembro de 2020, produziu 10.380 oz de ouro em 2021, e a Companhia decidiu interromper as atividades do projeto, que encontra-se em cuidado e manutenção.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Vide 10.2 (a) i.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Vide 10.2 (a) i.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Vide 10.2 (a) i.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas Demonstrações Financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica ao exercício social terminado em 31 de dezembro de 2021.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica ao exercício social terminado em 31 de dezembro de 2021.

c. eventos ou operações não usuais

Não se aplica ao exercício social terminado em 31 de dezembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis em 31 de dezembro de 2021.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Novas Políticas Contábeis Aplicáveis para 2019

a) IFRS 16 - Arrendamentos

A Companhia adotou o IFRS 16 - Arrendamentos, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada; porém, os comparativos para o período de relatório de 2018 não estão sendo reapresentados e são contabilizados de acordo com o IAS 17 - Arrendamentos, e a IFRIC 4 - Determinação de se um Contrato Contém um Arrendamento, conforme permitido por disposições transitórias específicas na norma.

A Companhia arrenda vários equipamentos de mineração, veículos leves e imóveis. Esses contratos de arrendamento são normalmente celebrados para períodos fixos de 1 a 5 anos, mas podem conter opções de prorrogação. Os prazos do arrendamento são negociados em bases individuais e contêm vários termos e condições diferentes. Os contratos de arrendamento não impõem cláusulas restritivas para a Companhia e os ativos arrendados não são usados como garantia para fins de empréstimos. Até o final de 2018, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia reconheceu passivos de arrendamento em relação a arrendamentos que eram anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com os princípios do IAS 17. Esses passivos eram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento individual, se a taxa pudesse ser prontamente determinada, ou as taxas de juros incrementais sobre empréstimos da Companhia, se a taxa não pudesse ser prontamente determinada, a partir de 1º de janeiro de 2019. De acordo com o IFRS 16, cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo de arrendamento e a despesa financeira. A despesa financeira, ou amortização do desconto, sobre o passivo de arrendamento é debitada às Demonstrações Consolidadas do Resultado e do Resultado Abrangente usando o método dos juros efetivos, de modo a produzir uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de arrendamento para cada período.

A Companhia observou que a taxa de desconto pela média ponderada aplicada aos passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 era de 8%.

Ao determinar o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamento a seguir no cálculo do passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019, a Companhia considerou o seguinte:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que são baseados em um índice ou uma taxa;
- Valores que se espera que sejam pagos pela Companhia sob garantias do valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer essa opção;

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- Quando um arrendamento contém uma opção de prorrogação, os pagamentos de arrendamento para o período da prorrogação foram incluídos no cálculo do passivo de arrendamento se a Companhia estava razoavelmente certa de que iria exercer a opção; e
- Pagamentos de multas pelo término do arrendamento, se o termo do arrendamento reflete o exercício dessa opção pela Companhia.

Adicionalmente, nenhum ajuste foi necessário quando da adoção do IFRS 16 para arrendamentos financeiros, uma vez que a Companhia não tinha arrendamentos anteriormente classificados como tais em 31 de dezembro de 2018.

Os efeitos da adoção do IFRS 16, conforme refletidos em 1º de janeiro de 2019, foram o reconhecimento de um passivo de arrendamento no valor de R\$ 3.414. Os passivos de arrendamento de curto e de longo prazo em 31 de dezembro de 2019 e quando da adoção do IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019 estão demonstrados na tabela abaixo (valores em milhares de Reais):

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Saldo em 1 de janeiro de 2019
Parcela de curto prazo do passivo de arrendamento	(3.067)	(1.750)
Parcela de longo prazo do passivo de arrendamento	(2.257)	(1.664)
	(5.324)	(3.414)

Como demonstrado na tabela acima, o total do passivo de arrendamento reconhecido em 1º de janeiro de 2019 foi de R\$ 3.414. Os ativos de direito de uso foram mensurados a um valor igual ao passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019.

Como demonstrado na *Nota 12*, os ativos de direito de uso são apresentados como parte do Imobilizado nos Balanços Patrimoniais Consolidados. A depreciação dos ativos de direito de uso é apresentada dentro de depreciação, exaustão e amortização na seção de atividades operacionais das Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa. Os ativos de direito de uso são depreciados ao longo do mais curto entre a vida do ativo e o prazo do arrendamento com base nas unidades de produção. A depreciação dos ativos de direito de uso agora é incluída dentro de exaustão e amortização na seção de atividades operacionais das Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa.

Os ativos de direito de uso se referem aos seguintes tipos de ativos (valores em milhares de Reais):

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Saldo em 1 de janeiro de 2019
Veículos	3.668	151
Terrenos e edificações	1.066	1.509
Máquinas e equipamentos	500	1.754
	5.234	3.414

Os passivos de arrendamento correspondentes são apresentados dentro de passivos circulantes e não circulantes nos Balanços Patrimoniais Consolidados. A despesa de juros sobre passivos de

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

arrendamento é apresentada dentro de despesas financeiras nas Demonstrações Consolidadas do Resultado. Os pagamentos à vista de parcelas de juros e principal de passivos de arrendamento são demonstrados como fluxos de caixa de atividades de financiamento nas Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa.

Os efeitos da adoção do IFRS 16 por segmentos, conforme refletidos em 1º de janeiro de 2019, são demonstrados na tabela abaixo (valores em milhares de Reais):

	Mina de San Andres	Minas Brasileiras	Mina de Aranzazu	Corporativo	Projetos Rio Novo	Total
Ativos de direito de uso	1.335	279	698	830	272	3.414
Passivos de arrendamento	(1.335)	(279)	(698)	(830)	(272)	(3.414)
	0	0	0	0	0	0

A mudança na política contábil afetou os seguintes itens nos Balanços Patrimoniais Consolidados em 1º de janeiro de 2019 (valores em milhares de Reais):

	Valor
Imobilizado – Ativos de direito de uso – Aumento em Ativos	3.414
Passivos de Arrendamento – Aumento em Passivos	(3.414)

Até o final de 2018, os pagamentos feitos sob arrendamentos operacionais eram debitados às Demonstrações Consolidadas do Resultado em base linear ao longo do prazo do arrendamento; assim, os pagamentos de arrendamento operacional eram todos incluídos nos cálculos do lucro por ação. Quando da adoção do IFRS 16, a depreciação debitada de ativos de direito de uso e a despesa de juros sobre passivos de arrendamento são agora incluídas nas Demonstrações Consolidadas do Resultado; e, portanto, incluídas nos cálculos do lucro básico e diluído por ação.

As parcelas do principal dos pagamentos de arrendamento não são incluídas nas Demonstrações Consolidadas do Resultado e são, ao invés disso, aplicadas ao passivo de arrendamento nos Balanços Patrimoniais Consolidados.

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo, pagamentos de ativos de baixo valor e pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou de uma taxa não são incluídos na mensuração dos passivos de arrendamento e são demonstrados nos Balanços Patrimoniais Consolidados de acordo com o IFRS 16. Esses pagamentos são demonstrados dentro de Despesas gerais e administrativas nas Demonstrações Consolidadas do Resultado e dentro da seção de atividades operacionais das Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa. O aumento/diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa não mudou como resultado da adoção do IFRS 16.

Expedientes práticos aplicados

Na aplicação inicial do IFRS 16, a Companhia considerou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- O uso de uma taxa de desconto única para uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares;

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- A contabilização de arrendamentos operacionais com um prazo remanescente de menos de 12 meses em 1º de janeiro de 2019 como arrendamentos de curto prazo;
- A exclusão de arrendamentos de baixo valor;
- A exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial; e
- O uso de percepção tardia na determinação do prazo de arrendamento, quando o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento.

Os julgamentos, estimativas e premissas significativos feitos pela Administração aplicados na preparação dessas demonstrações financeiras, especificamente no que se refere à IFRS 16, incluíram principalmente a avaliação da taxa de desconto apropriada a ser usada para descontar o passivo de arrendamento para cada arrendamento ou grupos de ativos cobertos por arrendamentos, bem como determinar o prazo do arrendamento, quando o arrendamento continha uma opção de prorrogação e avaliar se a Companhia estava razoavelmente certa de que exereria a opção de prorrogação. Julgamentos, estimativas e premissas significativas sobre esses dois fatores afetariam o valor presente dos passivos de arrendamento quando da adoção da nova norma contábil, bem como o valor associado dos ativos de direito de uso.

Novas Políticas Contábeis Aplicáveis para 2020

Em março de 2018, o IASB emitiu uma norma revisada “Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros” que está sendo usada atualmente pelo Conselho e pelo Comitê de Interpretações do IASB no desenvolvimento de novos pronunciamentos. A revisão inclui definições de "ativo" e "passivo", juntamente com novas orientações sobre mensuração, despreconhecimento, apresentação e divulgação. No entanto, os preparadores das demonstrações financeiras apenas começarão a se referir à nova estrutura em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020.

Em 22 de outubro de 2018, o IASB emitiu uma alteração à "Definição de Negócio (Alterações à IFRS 3)" para esclarecer a definição de “negócio” com o objetivo de eliminar as dificuldades existentes para determinar se uma companhia adquiriu um negócio ou um grupo de ativos.

Em 31 de outubro de 2018, o IASB emitiu uma alteração à "Definição de Material (Alterações à IAS 1 e à IAS 8)" para esclarecer a definição de "material" e alinhar a definição usada na Estrutura Conceitual e nas normas.

Em junho de 2017, o IASB elaborou uma minuta referente a dedução dos recursos recebidos da venda de itens produzidos durante a colocação de um ativo imobilizado no local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração do valor de custo de um item do imobilizado. Em vez disso, a Companhia reconheceria o produto da venda de tais itens e seu custo de produção no resultado. A finalização da alteração ocorreu em 14 de maio de 2020. A alteração será efetiva para períodos anuais iniciando em ou após janeiro de 2022, sendo permitida a aplicação antecipada. Essas alterações podem ser aplicadas retrospectivamente apenas para itens do imobilizado no ou após o início do período mais antigo apresentado nas demonstrações financeiras em que a entidade aplica as alterações pela primeira vez. A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos impactos que a adoção desta norma terá nas demonstrações financeiras consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Novas Políticas Contábeis Aplicáveis para 2021

A Companhia não aplicou nenhuma nova norma contábil ou implementou uma nova política contábil pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2021.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020e 2019 foram emitidos sem ressalvas e ênfases, com exceção aos parágrafos descritos abaixo:

Relatórios de revisão especial referentes as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia tem como política apresentar, para uso geral nos mercados em que atua, suas demonstrações financeiras consolidadas em inglês, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo IASB, e com a moeda de apresentação em dólares estado-unidenses (US\$), que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas anexas, apresentadas em português e em reais (R\$), foram preparadas de acordo com a Instrução CVM 480/2009. Em vista disso, as presentes demonstrações financeiras consolidadas podem não ser adequadas para outros propósitos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Políticas contábeis críticas

A Administração considera uma prática contábil como crítica quando referida prática é importante para retratar a situação financeira da Companhia e requer julgamentos e estimativas complexos ou significativos.

Na elaboração das demonstrações financeiras, realizamos estimativas e julgamentos que afetam os montantes de ativos, passivos, receitas e despesas divulgadas com base em nossa experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes e que acreditamos serem razoáveis diante das circunstâncias. Por isso, os resultados podem ser diferentes daqueles estimados.

A Administração da Companhia revisa as demonstrações financeiras para assegurar que as informações são precisas e transparentes relativas às condições econômicas vigentes e ao ambiente de negócios.

A Companhia destaca a seguir as políticas contábeis críticas sob as quais são feitos julgamentos, estimativas e premissas significativas, e onde os resultados reais podem diferir dessas estimativas considerando diferentes premissas e condições e podem afetar materialmente os resultados financeiros ou os balanços patrimoniais consolidados divulgados em períodos futuros:

Determinação de reservas e recursos de jazidas minerais

As estimativas das quantidades de reservas e recursos de minério formam a base de nossos planos da LOM, que são utilizados para uma série de objetivos comerciais e contábeis importantes, incluindo: o cálculo das despesas de exaustão; a capitalização dos custos de remoção da fase de produção, para prever o momento do pagamento dos custos de fechamento e restauração da mina e para a avaliação dos encargos de redução de valor e dos valores contábeis dos ativos. Em certos casos, estes planos da LOM foram a base para suposições sobre a capacidade de obter as licenças necessárias para completar as atividades planejadas.

A Companhia determina os recursos e reservas minerais de acordo com os princípios incorporados aos padrões do Instituto Canadense de Mineração, Metalurgia e Petróleo para reservas e recursos minerais, conhecidos como Padrões CIM. A informação é regularmente compilada por Pessoas Qualificadas e relatada de acordo com o National Instrument 43-101, Standards of Disclosure for Mineral Projects (“NI-43-101”). Existem inúmeras incertezas inerentes à estimativa de recursos e reservas minerais, e as premissas válidas no momento da estimativa podem mudar significativamente quando novas informações se tornam disponíveis. Alterações nos preços previstos de commodities, taxas de câmbio, custos de produção ou taxas de recuperação podem alterar o status econômico de reservas e recursos e, finalmente, resultar na necessidade de revisão das referidas reservas e recursos.

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

De acordo com a política contábil da Companhia, cada ativo ou UGC é avaliado em cada data de relatório para determinar se há alguma indicação de redução ao valor recuperável. Os fatores internos e externos avaliados para os indicadores de impairment incluem: (i) se o valor contábil dos ativos líquidos da Companhia excedeu sua capitalização de mercado; (ii) mudanças nas quantidades estimadas de recursos minerais e na capacidade da Companhia de converter recursos em reservas, (iii) uma deterioração significativa nos preços futuros esperados do metal; (iv)

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

mudanças nos custos de produção e despesas de capital futuros esperados; e (v) mudanças nas taxas de juros.

Se algum desses indicadores existir, uma estimativa formal do valor recuperável é realizada, e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida na extensão em que o valor contábil exceder o valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é mensurado pelo maior entre FVLCD ou VIU.

A determinação de FVLCD e VIU exige que a administração faça estimativas e suposições sobre a produção e os volumes de vendas esperados, preços de metais, reservas, custos operacionais, fechamento de mina e custos de restauração, despesas de capital futuras e taxas de desconto apropriadas para fluxos de caixa futuros. As estimativas e premissas estão sujeitas a risco e incerteza, e como tal, existe a possibilidade de que mudanças nas circunstâncias alterem essas projeções, o que pode impactar o valor recuperável dos ativos. Nessas circunstâncias, parte ou todo o valor contábil dos ativos pode ser ainda mais prejudicado ou o encargo por redução ao valor recuperável reduzido com o impacto registrado nas demonstrações consolidadas do resultado.

Se, após a Companhia ter reconhecido anteriormente uma perda por redução ao valor recuperável, as circunstâncias indicarem que o valor recuperável dos ativos deteriorados é maior do que o valor contábil, a Companhia reverte a perda por redução ao valor recuperável pelo valor que o valor justo revisado excede seu valor contábil, até o máximo da perda por impairment anterior. Em nenhum caso, o valor contábil revisado deve exceder o valor contábil original, após a depreciação ou amortização, que teria sido determinada se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

Avaliação do estoque de produtos em processo

A mensuração do estoque incluindo a determinação de seu valor realizável líquido, especialmente no que diz respeito ao minério em estoque, envolve o uso de estimativas. O valor realizável líquido é determinado com referência aos preços de mercado relevantes, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis. A estimativa também é necessária para determinar a tonelagem, o ouro recuperável e o cobre contidos nela, e para determinar os custos remanescentes de conclusão para trazer o estoque para sua forma vendável. Também existe julgamento para determinar se é necessário reconhecer uma provisão para obsolescência nos suprimentos operacionais da mina, e estimativas são necessárias para determinar o valor de recuperação ou sucata dos suprimentos.

As estimativas de ouro ou cobre recuperável nas pilhas de lixiviação são calculadas a partir das quantidades de minério colocadas nas pilhas de lixiviação (toneladas medidas adicionadas às pilhas de lixiviação), o grau de minério colocado nas pilhas de lixiviação (com base nos dados do ensaio) e um percentual de recuperação (com base no tipo de minério).

Provisão para fechamento e restauração das minas

Os valores registrados para as obrigações de fechamento e restauração das minas são baseados em estimativas preparadas por especialistas ambientais terceirizados, se disponíveis, nas jurisdições em que a Companhia opera ou por especialistas ambientais da Companhia. Essas estimativas baseiam-se em atividades de remediação exigidas pelas leis ambientais, no tempo esperado dos fluxos de caixa e nas taxas de juros livre de risco antes dos impostos, pelas quais os

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

fluxos de caixa estimados foram descontados. Essas estimativas também incluem uma suposição sobre a taxa na qual os custos podem aumentar em períodos futuros. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas sobre as quais esses valores justos são calculados requerem extensos julgamentos sobre a natureza, o custo e a época do trabalho a ser concluído e podem mudar com alterações futuras nos custos, leis e regulamentos ambientais e práticas de remediação.

A Administração da Companhia considera essa política contábil crítica devido a utilização de um alto número de premissas para a realização dos cálculos, incluindo: tempo estimado de esgotamento das minas; custos associados ao fechamento e restauração das minas no futuro; taxa de inflação; e taxa de desconto.

Imposto de renda

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer uma estimativa do imposto de renda em cada uma das jurisdições em que a Companhia opera. O processo envolve uma estimativa da exposição tributária atual da Companhia e uma avaliação de diferenças temporárias resultantes de diferentes tratamentos de itens, como exaustão e amortização, para fins fiscais e contábeis, e quando elas podem ser revertidas.

Essas diferenças resultam em ativos e passivos fiscais diferidos, incluídos nos balanços patrimoniais consolidados da Companhia. Também é feita uma avaliação para determinar a probabilidade de que os ativos de impostos futuros da Companhia sejam recuperados por meio da geração de lucros tributáveis futuros. Na medida em que a recuperação não seja considerada provável, os benefícios fiscais relacionados não são reconhecidos.

É necessário julgamento para avaliar continuamente as alterações nas interpretações, regulamentos e legislação tributária, para garantir o reconhecimento integral dos passivos e para garantir que os ativos, líquidos de provisões para desvalorização, sejam realizáveis. O impacto de diferentes interpretações e aplicações pode ser significativo.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou a análise de marcação a mercado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i.arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

ii.carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

iii.contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

iv.contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

v.contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período corrente e ao último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

- b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 – Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i.descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2021 os investimentos totais da Companhia e suas subsidiárias alcançaram R\$ 419 milhões, entre projetos de expansão, exploração e manutenção das operações

O Complexo Aranzazu, no México, investiu um total de R\$ 162 milhões, nde inclui-se investimentos para aumento de 30% de capacidade operacional, com a implementação de melhorias no circuito de moagem e flotação do processo de beneficiamento mineral, assim como ampliação de capacidade de operação nas frentes de lavra da mina subterrânea, aumentando a respectiva produtividade que passou a operar em nível de capacidade de cerca de 100.000 toneladas em média por mês, concluído durante o primeiro semestre de 2021.

No Brasil, o Complexo EPP teve um investimento total de R\$ 70,1 milhões, durante ano de 2021, sendo cerca de 80% destes investimentos direcionados para abertura das lavras a céu aberto, em especial de Ernesto e Lavrinha.

Nos Estados Unidos da América, foram investidos R\$ 55,7 milhões na mina de Gold Road, com investimentos Ao final do ano 2021 foi decidido pela descontinuidade dos investimentos na unidade, que está em cuidado e manutenção.

Na operação do Complexo San Andrés, em Honduras, os investimentos totalizaram R\$ 81,9 milhões, com foco

Em dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou orçamento de investimentos (Capex) para 2022 no montante de entre US\$ 100 milhões e US\$ 111 milhões, sendo:

	Baixo	Alto
Manutenção	33	36
Exploração	12	14
Novos projetos + Expansão	55	61
Total	100	111

Ativos Operacionais:

Complexo EPP (Brasil): a mina de Ernesto é a principal fonte de alimentação de minério para o ano de 2022, juntamente com a retomada do material de médio teor estocado ao longo dos últimos anos. A Companhia estima que o quarto trimestre de 2022 será o período de produção mais alta do ano para a mina. Os depósitos de Nosde e Lavrinha terão sua lavra paralisada a partir do segundo trimestre a fim de reduzir a quantidade de massa movimentada no complexo EPP, para consumir estoque e focar na maximização dos resultados operacionais. A mina subterrânea PPQ continua contribuindo com 10% da produção mensal e mantemos a atividade de sondagem, buscando aumentar a reserva.

Complexo San Andrés (Honduras): espera-se que a área de Esperanza se mantenha como principal fonte de minério para 2022. As melhorias nos controles e processos da planta devem melhorar recuperação mineral reduzir o ciclo de lixiviação e reduzir a tonelagem movimentada na mina em

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

busca de melhor eficiência. Para maximizar fluxo na planta, em especial no período de chuvas de Agosto e Setembro quando reduz-se a produtividade de mina, pretende-se criar estoques secundários de minério. A empresa também pretende realizar atividades de exploração para desenvolver novos alvos em torno da mina existente.

Complexo Aranzazu (México): após a implementação de melhorias no circuito de moagem e flotação e o consequente aumento da capacidade da planta, a operação de Aranzazu irá operar a um nível de processamento de 100.000 toneladas por mês durante todo o ano de 2022. A produção de mina para 2022 será inteiramente realizada na região da área de Glory Hole. As atividades de exploração estarão focadas em sondagem de detalhamento nas áreas de Cabrestante e Glory Hole.

Ativos em Desenvolvimento:

Projeto Almas (Brasil): Em 10 de março de 2021 a Companhia publicou o relatório técnico para o projeto de ouro Almas, sob o título “Relatório Técnico do Estudo de Viabilidade atualizado (NI43-101) para o Projeto Ouro de Almas, Município de Almas, Tocantins, Brasil”, preparado por diversos consultores baseados no Canadá e no Brasil. Almas é uma mina de ouro a céu aberto localizada no estado do Tocantins, Brasil. Ainda, a Promon Engenharia foi contratada para serviços de EPCM (Engenharia, Compras e Gestão da Construção) de planta e infraestrutura, já tendo iniciado as contratações e construções civis e eletromecânicas, a serem desenvolvidas até a fase de ramp up prevista para o quarto trimestre de 2022, com investimento total, depois de impostos, estimado em aproximadamente US\$73 milhões e um valor presente líquido após impostos (“VPL”) de US\$183 milhões, assumindo a média ponderada do consenso dos analistas de mercado para o preço do ouro a US\$1.558 por onça para o período projetado. Assumindo um preço do ouro de US\$1.800 por onça, a taxa interna de retorno após os impostos (“TIR”) atinge 57% e o VPL após os impostos US\$260 milhões. Durante os primeiros quatro anos do projeto, a Produção média anual é estimada em 51 mil onças, com uma vida útil estimada de 17 anos, baseada nas estimativas para as reservas minerais, conforme parâmetros do National Instrument 43-101 – Standards for Disclosure for Minerals Projects (“NI 43-101”).

Projeto Matupá (Brasil): em 22 de dezembro de 2021, a Companhia publicou o Relatório Técnico Independente – Avaliação Econômica Preliminar para o Projeto de Ouro Matupá. Com base no estudo, estima-se que o Projeto deverá demandar investimentos totais de implementação de aproximadamente US\$ 94,6 milhões, com payback de 2,1 anos e deverá gerar um valor presente líquido de aproximadamente US\$ 134 milhões, com uma taxa de retorno interna (TIR) de 71%, utilizando a premissa de alavancagem a 50%, preço de ouro de US\$1.800 por onça e taxa de câmbio a US\$ 1,00=R\$ 5,143. Durante os primeiros três anos do Projeto, a Companhia deverá atingir uma produção anual de mais de 60.000 onças e Custo Caixa Total (“AISC”) médio de apenas US\$591,4 por onça. Ainda, em 13 de abril de 2022, a Companhia publicou os resultados de intersecções relevantes de sondagem e não consideradas no estudo preliminar no Alvo Serrinhas, do projeto Matupa, com 58 metros a um teor mineral de ouro de 3,89 gramas por tonelada, além de outra intersecção de 59 metros a um teor mineral de ouro de 3,14 gramas por tonelada, indicando a existência de zona de alto teor, complementares aos resultados já divulgados no estudo preliminar.

Projeto São Francisco (Brasil): a Companhia está avaliando o potencial para reiniciar a mina de São Francisco A amostragem de superfície foi concluída em 2020, com a identificação de 7 possíveis alvos. A perfuração de exploração em 3 desses alvos foi iniciada no primeiro trimestre de 2021.

Projeto Tolda Fria (Colômbia): O prospecto Tolda Fria está localizado a aproximadamente 10 km a sudeste da cidade de Manizales, no Município de Villamaria, Departamento de Caldas, Colômbia. Em 2021 a Aura ajustou o seu portfólio no Projeto Tolda Fria para um total de 5.981,9

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

ha. A empresa desenvolveu atividades de exploração de lascas, solo e amostragem de sedimentos. Um total de 745 amostras foram coletadas com o objetivo de delimitar as anomalias existentes (Au, Ag, As, Zn, Mo). Para 2022 está programada a continuidade do detalhamento de amostragem de superfície nos alvos conhecidos e ampliação do mapeamento e amostragem em novas áreas potenciais. Os recursos do projeto são 5000 onças do ouro na categoria indicada em uma razão de conteúdo de 3,88 grau/ tonelada, além de mais de 940.000 onças inferidas em uma razão de conteúdo de 2,38 grau/ tonelada.

ii.Fontes de financiamento dos investimentos

Além da geração de caixa operacional de seus negócios, a Companhia busca também financiar seus projetos através da contratação de linhas de financiamento específicas. Para essas contratações de financiamentos a seus projetos a Companhia prioriza captações pelas subsidiárias nos mercados locais, preferencialmente em dólares americanos. Essa estratégia permite uma redução significativa da concentração de garantias e riscos dos empréstimos, ainda assim resguardando de potencial risco cambial

iii.Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição já divulgada que deva influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

Não há novos produtos e serviços relevantes.

i.descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica

ii.montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica

iii.projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica

iv.montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 – Outros fatores com influência relevante**

Não foi identificado outros fatores com influência relevante para divulgação que já não tenha sido descrito nesse Formulário de Referência.